

PROGRAMA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO - 2026

SESIMBRA

ÍNDICE

I - TRAMITAÇÃO	3
Parecer.....	3
Aprovação.....	3
Revisão.....	3
Prazos de revisão	3
II – FICHA TÉCNICA.....	5
III - SUMÁRIO EXECUTIVO	7
IV – PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL	15
IV.2 – Projetos de cuidar dos espaços rurais	15
IV.3 – Projetos de modificação de comportamentos	37
IV.4 – Projetos de gestão eficiente do risco.....	55
V– ANEXOS	61
V.1 – Projetos sem declinação Municipal	61
V.2 – Matriz de Avaliação do risco.....	66
V.3 – Cartografia de detalhe	67
V.4 – Glossário	72

I - TRAMITAÇÃO

PARECER

O Programa Municipal de Execução, foi enviado para parecer da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais da Área Metropolitana de Lisboa, em 04/07/2025, nos termos do disposto no número 4 do art.º 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, tendo recebido parecer favorável sujeito a correções em 4/12/2025.

APROVAÇÃO

O Programa Municipal de Execução de Sesimbra foi aprovado em reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 29.º, conjugada com o do n.º 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro e o do n.º 4 do artigo 8.º do Despacho n.º 9550/2022 a 12 de Dezembro de 2025.

REVISÃO

A revisão do Programa Municipal de Execução terá uma periodicidade anual e consiste na reponderação dos elementos de caracterização dos seus projetos, em função do acompanhamento e da concretização em ciclos anteriores. Neste processo de revisão podem ser removidas iniciativas cuja concretização tenha sido alcançada, cujo âmbito se tenha esgotado ou facto superveniente as torne redundantes ou ineficazes. No processo de revisão podem ser adicionados projetos e iniciativas que resultem de propostas dos programas de nível inferior, em função da sua fundamentação, ou de novas necessidades identificadas. Os projetos que tenham sido inteiramente concretizados podem ser removidos desde que deles não dependa a monitorização e reporte de metas inscritas no PNGIFR. Nos termos do disposto no art.º 9.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.

PRAZOS DE REVISÃO

A Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Sesimbra, realizará o levantamento de necessidades e definem prioridades para o ano seguinte que remeterá para parecer da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, até 30 de junho de cada ano, nos termos do disposto nos números 1 e 2 do art.º 11.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.

Todos os instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais terminam os seus processos de revisão até 31 de outubro do ano anterior ao ano de produção de efeitos.

O Presidente da Comissão

II – FICHA TÉCNICA

O PME Sesimbra foi elaborado pelo município de Sesimbra tendo recebido contributos do conjunto de entidades com assento na comissão conforme o estipulado no nº 3 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 82/2021 de 13 de outubro de 2021, em cumprimento do anexo 2 do Despacho nº 9550/2022, estas tabelas traduzem-se na ficha técnica de autores.

Entidade	Cargo	Representante
Município	Presidente	Francisco Jesus
	Vereadora Proteção Civil	Lénia dos Anjos
	Coordenador Municipal do Gabinete de Proteção Civil	Ricardo Caleiro
	Gabinete Técnico Florestal	Susete Marques
Junta de Freguesia do Castelo	Presidente	Vitor Cruz
Junta de Freguesia de Santiago	Presidente	Laura Correia
Junta de Freguesia de Quinta do Conde	Presidente	Daniel Gaio
ICNF	Diretor Regional da CNF-LVT	Carlos Albuquerque
	-Diretor Regional Adjunto de LVT – Gestão de Fogos Rurais	Carlos Ramalho
	Chefe de Núcleo Sub-regional da Área Metropolitana de Lisboa	Alexandre Nogueira
	Perito do Núcleo Sub-regional da Área Metropolitana de Lisboa	Luís Henriques
GNR	Comandante do Destacamento Territorial de Setúbal	Tenente André Filipe
	Comandante do Agrupamento de Postos de Alfarim/Sesimbra	2º Sargento Cristiano Martins
	Comandante de Posto Territorial da Quinta Conde	2º Sargento Francisco Alves
	Núcleo Proteção Ambiental	Cabo Chefe Pedro Mendinhos
Polícia Judiciária	Inspetor Chefe Destacamento de Setúbal	José Oliveira
Forças Armadas – UAGME	Tenente	Rafael Alexandre Dias Neto
Bombeiros Voluntários de Sesimbra	Comandante	João Oliveira
IP - Infraestruturas de Portugal, SA	Coordenadora de Operação de Setúbal	Isabel Caspurro

	Gestora da Unidade de Conservação Corrente do Centro Operacional da Grande Lisboa	Maria Elisa Fonseca
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil - ANEPC	Comandante Regional da Península de Setúbal e Vale do Tejo	Elísio Oliveira
	Comandante Sub-regional da Península de Setúbal	Sérgio Moura
	Segundo Comandante	Miguel Silva
E-REDES	Acompanhamento de execução	Fernando Vitorino
	Planeamento e Monitorização	José Afonso
REN – Rede Elétrica Nacional, SA	Responsável da Área de Redes Sustentáveis e Servidões	Pedro Marques
	Técnico Superior da Área de Redes Sustentáveis e Servidões	António Freire
REN Gasodutos, SA	Responsável da Área de Redes Sustentáveis e Servidões	Pedro Marques
	Técnico Superior da Área de Redes Sustentáveis e Servidões	António Freire
Herdade da Apostiça	Representante	João Silva

III - SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa Nacional de Ação (PNA), é aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho, materializando as opções estratégicas do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho.

O Programa Regional de Ação (PRA), transporta para a região os projetos inscritos no PNA, em função da sua aplicabilidade, por sua vez, o Programa Sub-Regional de Ação declina os grandes objetivos à escala sub-região. Este converte os objetivos nacionais em linhas de trabalho orientadoras para os Programas Municipais de Execução e, em sentido inverso, captura da execução local as informações necessárias para adequar o planeamento nacional.

Os programas municipais de execução de gestão integrada de fogos rurais adaptam à escala municipal o programa sub-regional de ação que lhes dá origem, identificando, de entre os projetos nele inscritos, aqueles que devem ser prioritariamente implementados.

A atribuição de prioridade aos projetos identifica claramente as condicionantes, regras gerais regulamentares e, num sistema de execução, os locais, calendários de execução e recursos necessários, com previsão e planeamento das intervenções das diferentes entidades em todas as fases da cadeia de processos do SGIFR, para inclusão no programa municipal de execução.

Os programas municipais de execução são elaborados pelos municípios, em articulação com as comissões municipais de gestão integrada de fogos rurais, de acordo com as prioridades definidas no programa sub-regional de ação, propondo as ações a executar no município, com previsão e planeamento das intervenções das diferentes entidades em todas as fases da cadeia de processos do SGIFR.

O Programa Municipal de Execução (PME) define em detalhe as iniciativas a executar no território de cada concelho, concretizando os objetivos propostos no nível territorial superior em ações efetivas. A Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Sesimbra tomou posse em 23/Junho/2022.

O Programa Municipal de Execução de Sesimbra conta com 14 projetos. 14 destes projetos são transpostos do PSA-AML, caracterizando as ações detalhadas a executar.

Nos termos da Lei, este Programa municipal de execução é aprovado pela Comissão municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR) de Sesimbra, tendo sido sujeito a parecer da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CSubR GIFR).

Extensão de Execução

A figura 1 e 2 apresenta a extensão do município, definindo as áreas de implementação dos projetos, não obstante a cartografia individual figurar na ficha de projeto respetiva.

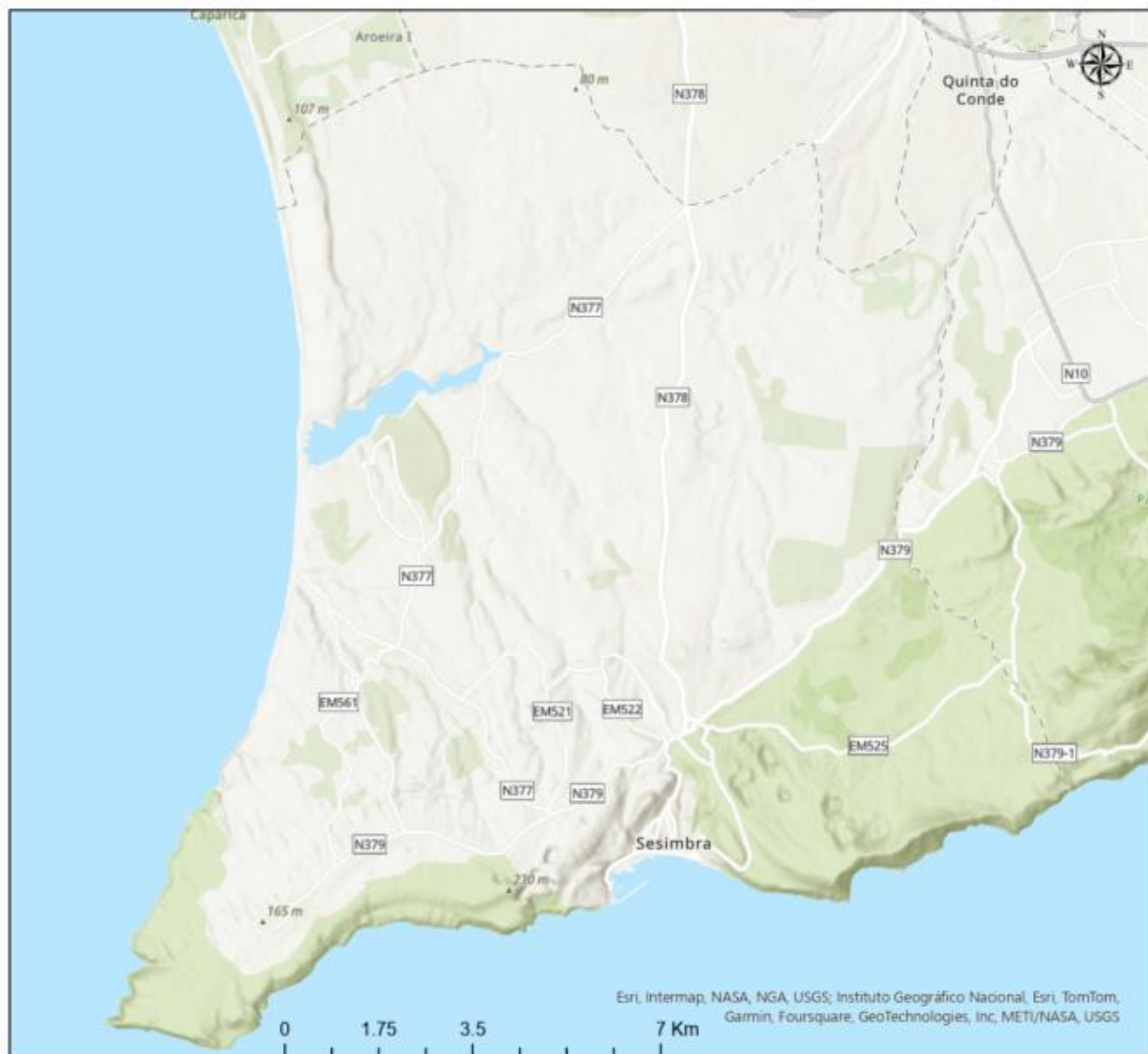


Figura 1 – Extensão do Município de Sesimbra

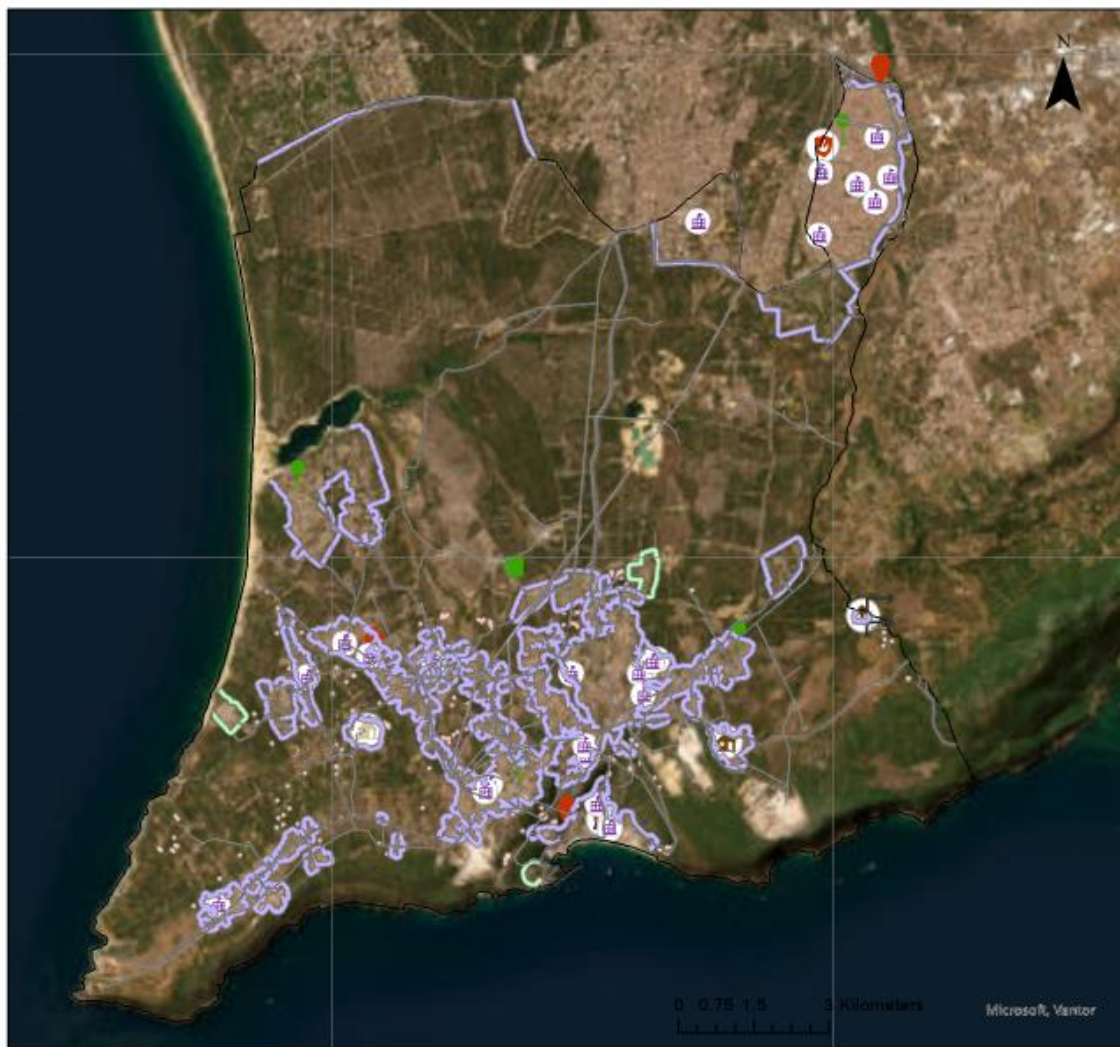


Figura 2 - Projetos declinados no concelho de Sesimbra

Níveis de adequação dos Projetos

A tabela seguinte resume a transposição das fichas de projeto regionais e sub-regionais à escala municipal, com os seus nomes resumidos (nome completo disponível nas fichas de projeto) indicando também os projetos chave do PSA e o nível de intervenção previsto para cada projeto.

Orientação estratégica	Projeto	PRA	PSA	PME
	1.1.2.2 Cadastro	E	E 	
	1.1.3.2 Emparcelamento	E		
	1.2.1.1 Gestão Agregada	E	E 	
	1.2.1.2 PRGP	R		
	1.2.2.1 Multifundos	E	R	
	1.2.2.2 Certificação	E	E	
	1.2.2.4 Economia Rural	E	R	
	1.2.2.5 Multifuncionalidade	E	R	
	1.2.3.2 Remuneração de Proprietários	M	R	
	2.1.1.1 AIGP	E		
	2.1.1.2 Serviços de Ecossistemas	E	E 	
	2.1.1.3 Recuperação Pós Fogo	E	E	E
	2.1.1.4 Transposição PROF	M	M	E
	2.2.1.1 Reporte de Gestão de Combustível	R	R	E
	2.2.1.2 Rede Primária	E		
	2.2.1.3 Rede Secundária	M	E 	E
	2.2.1.4 Mosaicos Estratégicos	M	E 	
	2.2.1.5 Áreas de Elevado Valor	E	E 	
	2.2.1.6 Galerias Ribeirinhas	M	E	
	2.2.1.7 Pastoreio Extensivo	M	E	
	2.2.1.9 Uso do Fogo	M	E 	
	2.2.2.1 Compostagem	M	E	E
	2.2.2.2 Biomassa	M	E	
	2.3.1.1 Defesa pelos Privados	M	E	E
	2.3.1.2 Condomínios de Aldeia	M	E	
	2.3.1.4 Aldeia Segura Pessoas Seguras	M	E	E
	3.1.1.2 Queimas e Queimadas	M	E 	E
	3.1.1.3 MARQ	M		
	3.1.2.1 Vigilância	M	E 	E
	3.1.2.2 Forças Armadas	M	M	
	3.1.2.3 RVDI	E	E	E
	3.1.3.3 Investigação e causas	E	E 	
	3.2.1.1 Comunicação Integrada	E	E	

	3.2.1.2 Comunicação de Proximidade	M	E	Key	E
	3.2.1.3 Comunicação em Emergência	M	E		E
	3.2.1.4 Formação de OCS	E	E		
	3.2.2.1 Práticas Pedagógicas	M	E		E
	4.1.1.2 Dados Meteorológicos	M	E		E
	4.1.2.1 Comissões SGIFR	E	E		E
	4.1.2.2 Programação e Dimensionamento	R	R		
	4.1.2.3 Programas de Ação	E	E		E
	4.1.2.4 Normas Técnicas	E	E		
	4.1.3.1 Orçamento	R	R		
	4.2.2.1 Monitorização	M	E		
	4.2.2.3 Lições Aprendidas	E	E		
	4.3.1.1 Projeto Piloto				
	4.3.2.3 Supressão	R	R	Key	
	4.4.1.3 Formação e Qualificação	M	E		

Nota: O PNA não está indicado na medida em que todos os projetos têm reflexo no Programa Nacional de Ação.

Legenda



Monitoriza

Agrega informação que avalia e sobre a qual decide intervenção de facilitação do processo ao seu nível territorial, e informa o nível de planeamento superior



Reporta

Reporta informação ao nível de planeamento superior (não pressupõe a execução de tarefas do projeto)



Projeto Chave

Projetos com mais impacto na implementação da Estratégia sub-regional e concretização de resultados.



Executa

Concretiza o projeto, executando tarefas que lhe estão associadas (pressupõe o reporte ao nível de planeamento superior)



Sem intervenção

Não está prevista intervenção a este nível, para o projeto identificado

Cronograma de Execução

A tabela abaixo apresenta o cronograma anual de execução dos projetos com declinação no PME para o ano de 2026.

Projeto	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2.1.1.3	x	x	x	x	x	x						
2.1.1.4	x	x	x	x	x	x						
2.2.1.3	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2.2.2.1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2.3.1.1	x	x	x	x	x							
2.3.1.4	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
3.1.1.2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
3.1.2.3	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
3.2.1.2	x	x	x	x	x				x	x	x	x
3.2.1.3	x	x	x	x	x				x	x	x	x
3.2.2.1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
4.1.1.2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
4.1.2.1			x			x			x			x
4.1.2.3	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Orçamento

A tabela 2 resume o mapa de apuramento anual das principais metas e execução financeira, para os projetos a intervir ao nível municipal. O PME Sesimbra conta com um orçamento global de 2 278 773,10 € (Dois milhões duzentos e setenta e oito mil setecentos e setenta e três e dez cêntimos).

Projetos	Principais Metas	Orçamento
2.1.1.3	Recuperação Pós-Fogo	0,00 €
2.1.1.4	Transposição do PROF para PDM	0,00 €
2.2.1.3	Gestão das Faixas de Combustível	2 216 423,10 €
2.2.2.1	Promover Processos de Compostagem	35 000,00 €
2.3.1.1	Revisão e Implementação das Regras das Redes de Defesa pelos Privados	0,00 €
2.3.1.4	Programa Aldeia Segura Pessoas Seguras	0,00 €
3.1.1.2	Apoio à população na realização de queimas e queimadas	0,00 €
3.1.2.3	Rede de Vigilância e Detecção de Incêndios	26 250,00 €
3.2.1.2	Comunicação Especializada de Proximidade	0,00 €
3.2.1.3	Comunicação das Entidades em Contexto de Emergência	1 100 €
3.2.2.1	Práticas Pedagógicas no Ensino Básico e Secundário para o Risco	0,00 €
4.1.1.2	Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão	0,00 €
4.1.2.1	Constituição e Funcionamento das Comissões de Gestão Integradas dos Fogos Rurais (SGIFR)	0,00 €
4.1.2.3	Elaboração e Implementação dos Programas de Ação e de Execução	0,00 €
TOTAL	-----	2 278 773,10 €

Norma habilitante

Artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro.

Referência

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho, que aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho, que aprova o Programa Nacional de Ação do PNGIFR (primeira iteração).
- Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, que cria o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR).
- Despacho n.º 9550/2022, de 4 de agosto, que regulamenta os Instrumentos de Planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais estabelecendo as regras técnicas de elaboração, consulta pública, aprovação, e conteúdos dos instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.
- Decreto-Lei nº 49/2022, de 19 de julho, que altera as regras de funcionamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, determinando a adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança até 31 de março de 2023.
- Decreto-Lei nº 56/2023, de 14 de julho - Altera o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais para enquadrar a aplicação da metodologia de adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança.
- Despacho n.º 4223/2025, 3 de abril, regulamenta as normas técnicas relativas à gestão de combustível nas faixas de gestão de combustível das redes primária, secundária e terciária e nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível.

Data deste documento

12 de Dezembro de 2025

IV – PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL

A aplicação dos projetos abaixo identificados é subsidiária do inscrito em ficha de projeto do PSA, sendo essas fichas a referência para consulta. O PME indica de que modo o município se envolverá no projeto, contribuindo para a sua execução.

IV.2 – PROJETOS DE CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

RECUPERAÇÃO PÓS FOGO E INTERVENÇÃO EM ÁREAS ARDIDAS DE MAIS DE 500 HA E INTERVIR EM ARTICULAÇÃO COM AS ENTIDADES LOCAIS										2.1.1.3
Objetivos - Elaboração de relatórios de estabilização de emergência no prazo máximo de 2 semanas após a conclusão do incêndio. - Intervenção nas áreas ardidas de mais de 500 hectares em colaboração com as entidades locais na realização de ações de recuperação e reordenamento do território de forma a apoiar as comunidades afetadas pelos incêndios e assegurar a reabilitação da economia e paisagem local. Principais resultados esperados - Relatórios elaborados no prazo definido. - Reconversão e recuperação da paisagem natural do território rural sujeito a incêndio. - Melhoria da articulação entre as entidades envolvidas no combate no pós-evento; maior foco no planeamento e acompanhamento do pós-evento.	Principais entidades envolvidas									
	R	ICNF, Municípios e Proprietários privados								
	A	ICNF								
	S									
	C	ICNF, Comissão Sub-Regional GIFR, ANEPC, Comissão Municipal GIFR, AML								
	I	Comissão Sub-Regional GIFR, privados								
	F	ICNF								
	PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
	Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 0,00€									
	Indicadores					Unidade	Meta			
1. % de execução física e financeira dos projetos de intervenção em % de ha tratados em cada trimestre					%	100				
2. % de ha tratados trimestralmente					%	100				
3. Contratos locais (% obra realizada)					%	Até 2030: 100%				
Gestão de risco do projeto										

Risco Total: 16 Alto (S4; P4) Ameaças: - Ausência de financiamento para projetos de recuperação de áreas ardidas Resolução Geral: - Reconversão e recuperação da paisagem natural do território rural sujeito a incêndio (em 2024: Herdade da Apostiça). Melhor articulação entre as entidades envolvidas no combate e no pós evento.											
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
Garantir financiamento para a estabilização de emergência								FC; FEADER, PO, FA e outras possíveis fontes de financiamento			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	☐	☐	☐	☐					☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
Criação de um mapa com as zonas prioritárias de intervenção						Município, ICNF		0,00 €			
Identificação das técnicas a aplicar						Município, ICNF		0,00 €			
TOTAL (€)								0,00 €			
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 16 Alto (S4; P4)											
Ameaças: As já identificadas na gestão de risco do projeto											
Resolução Geral: As já identificadas na gestão de risco do projeto											
Iniciativa n.º 2								Fonte Financiamento			
Garantir mecanismos de comunicação ágil e articulada com as entidades locais e outros órgãos de envolvidos assegurando uma resposta atempada e eficaz								FC; FEADER, PO, FA e outras possíveis fontes de financiamento			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐					☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
Monitorização dos resultados						Município, ICNF		0,00 €			

TOTAL (€)		0,00 €									
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 6 - Moderado (S3; P2) Ameaças: - As já identificadas na gestão de risco do projeto Resolução Geral: - As já identificadas na gestão de risco do projeto											
Iniciativa n.º 3		Fonte Financiamento									
Assegurar a intervenção em áreas ardidas nas 3 fases da recuperação no âmbito da estabilização de emergência, da reabilitação, e da reposição da capacidade produtiva em articulação com as entidades locais		FC; FEADER, PO, FA e outras possíveis fontes de financiamento									
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐					☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso		Origem do recurso	Custo (€)								
Monitorização dos resultados		Município, ICNF	0,00 €								
TOTAL (€)			0,00 €								
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 6 - Moderado (S3; P2) Ameaças: - As já identificadas na gestão de risco do projeto Resolução Geral: - As já identificadas na gestão de risco do projeto											
Iniciativa n.º 4			Fonte Financiamento								
Redirecionar fundos públicos para as atividades silvo-ambientais nas áreas mais afetadas por incêndios de grandes dimensões. Estabelecer um sistema de monitorização do desenvolvimento das fichas de emergência			FC; FEADER, PO, FA e outras possíveis fontes de financiamento								
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐					☐	☐	☐
Recursos											

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
Monitorização dos resultados	Município, ICNF	0,00 €
TOTAL (€)		0,00 €
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 6 - Moderado (S3; P2) Ameaças: - As já identificadas na gestão de risco do projeto Resolução Geral: - As já identificadas na gestão de risco do projeto		
Observações: Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.		

TRANSPOR OS PROGRAMAS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL (PROF) PARA OS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS (PDM)										2.1.1.4
Objetivos - Adaptar as disposições dos PDM para assegurar um alinhamento da estratégia de desenvolvimento e modelo territorial adotados nas áreas rurais de forma a preservar a paisagem e os recursos florestais locais. Principais resultados esperados - Integração do PROF-LVT, na revisão do PDM de Sesimbra.					Principais entidades envolvidas					
					R	Município				
					A	DGT				
					S	INCF				
					C	ICNF, DGT, Comissão Municipal GIFR, CCDR-LVT				
					I	DGT, CCDR-LVT				
					F	ICNF, DGT, CCDR-LVT				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC		
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 0,00€										
Indicadores					Unidade	Meta				
1. % de área abrangida pelos PROF transpostos;					%	100% da área do município				
2. N.º de normas transpostas					N.º	-				
Gestão de risco do projeto										
Risco Total: 6 Moderado (S3; P2)										
Ameaças:										
Atraso no processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra										
Resolução Geral:										

Disponibilização de Guião para poio à transposição dos PROF para os PDM											
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
PDM com o PROF-LVT transposto								OM			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
Revisão do PDM Sesimbra						Município, ICNF		0.00€			
TOTAL (€)								0,00€			
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 6 Moderado (S3; P2)											
Ameaças: As já identificadas na gestão de risco do projeto											
Resolução Geral: As já identificadas na gestão de risco do projeto											
Observações:											
O prazo para adaptação dos PDM aos PROF previsto no RJIGT terminou a 31 de dezembro de 2024, (Decreto-Lei n.º 117/2024, de 30 de dezembro, o prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 199.º do RJIGT). De acordo com o previsto na Lei n.º 53-A/2025, de 9 de abril, os PDM podem ver as suas normas urbanísticas suspensas, caso os municípios não demonstrem fundamentadamente que a conclusão da revisão deste IGT se encontra em conclusão ou cujo atraso tenha ocorrido por motivos que não lhes seja imputado.											
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.											

GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA		2.2.1.3												
Objetivos - Reduzir os efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos de interesse público Principais resultados esperados - Até 2163,37 ha com gestão efetiva da rede - Gestão e conservação da rede secundária, preparada para a prevenção e combate de incêndios	Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>Município de Sesimbra, Juntas de freguesia, ICNF, REN, E-Redes, IP, entidades gestoras de infraestruturas, proprietários privados</td></tr><tr><td>A</td><td>Comissão Municipal SGIFR</td></tr><tr><td>S</td><td>AML, ICNF, Comissão Sub-Regional SGIFR</td></tr><tr><td>C</td><td>ANEPC, Comissão Sub-Regional SGIFR</td></tr><tr><td>I</td><td>Comissão Sub-Regional SGIFR</td></tr><tr><td>F</td><td>GNR, PSP</td></tr></table>		R	Município de Sesimbra, Juntas de freguesia, ICNF, REN, E-Redes, IP, entidades gestoras de infraestruturas, proprietários privados	A	Comissão Municipal SGIFR	S	AML, ICNF, Comissão Sub-Regional SGIFR	C	ANEPC, Comissão Sub-Regional SGIFR	I	Comissão Sub-Regional SGIFR	F	GNR, PSP
R	Município de Sesimbra, Juntas de freguesia, ICNF, REN, E-Redes, IP, entidades gestoras de infraestruturas, proprietários privados													
A	Comissão Municipal SGIFR													
S	AML, ICNF, Comissão Sub-Regional SGIFR													
C	ANEPC, Comissão Sub-Regional SGIFR													
I	Comissão Sub-Regional SGIFR													
F	GNR, PSP													

PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 2 216 423,10 €											
Indicadores				Unidade	Meta						
1. Monitorizar a gestão de combustível efetiva na rede secundária				ha	Até 20% de 1859,26						
2. Taxa de execução nas áreas prioritárias (APPS)				%	95%						
3. Área da Rede Secundária com gestão efetiva de combustível de acordo com mapa de prioridades				ha	Até 20% de 1859,26						
Gestão de risco do projeto											
Risco Total: 16 - Alto (S4; P4)											
Ameaças:											
• Fracos recursos para execução do total, janela de oportunidade para execução no terreno face aos alertas e avisos. • Redução ou ausência de financiamento dos privados, falta de mão de obra e/ou recursos, janela de oportunidade para execução. • Não execução por parte dos proprietários privados/limpeza coerciva											
Resolução Geral:											
• Encontrar recursos, excecionar a ação de agentes de execução de gestão de combustível SGIFR											
Iniciativa n.º 1						Fonte Financiamento					
• Execução das faixas de gestão de combustível da rede secundária						OE, OM, FA, PO, privados e outras possíveis fontes de financiamento					
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso	Custo (€)						
a) Execução de FGC Municipais (Rede Viária) – 105.92 ha				Município	105.92 * 1086 = 115.029,12€						
b) Execução de FGC E-Redes – 50 ha				E-redes	50 * 1000 = 50.000,00€						
c) Execução de FGC REN – 0.7 ha				REN E	0.7 * 1000 = 700,00€						
d) Execução de FGC REN gasodutos – 0.04 ha				REN G	0.04 * 500 = 20,00€						
e) Execução de FGC BRISA				BRISA	1.73*1086 = 1878.78 €						
f) Execução de FGC Áreas edificadas (Aglomerados, edifícios isolados) – 1666,40 ha				Proprietários	1668.40 * 1228 = 2 048 795,20€						
g) Execução de FGC (em substituição aos proprietários) – xx ha				ha	0 * 1000ha						

h)	Monitorizar a gestão de combustível efetiva na rede secundária – 1859,26 ha	ha	0,00 €
	TOTAL (€)		2 216 423,10 €
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) Ameaças: - Ausência de Financiamento para projetos de garantia de gestão de combustível em faixas de gestão de combustível da rede secundária - A não gestão das faixas de gestão de combustível da responsabilidade dos proprietários privados, poderão levar a serem que ser substituídos pelo Município, executando os trabalhos de forma coerciva. - Não tendo no momento nenhuma freguesia identificada como prioritária, qualquer candidata não terá valoração dos critérios de seleção. Resolução Geral: - Considerar um orçamento residual (10%) para a execução de FGC de proprietários para posterior reembolso. - Incremento das ações de fiscalização; substituição pelo município aos proprietários.			
Observações: - Sesimbra_PME2026_FGC.pdf (em anexo). - Shapefile anual disponibilizada com este documento; PSA_AML_PGC_2023_Final_Sesimbra.shp, extraída da shapefile do PSA 2_2_1_3_Rede_Secundaria_FGC_v8.shp - Exemplo de referências a atualizações no PSA neste período de transição. - Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.			

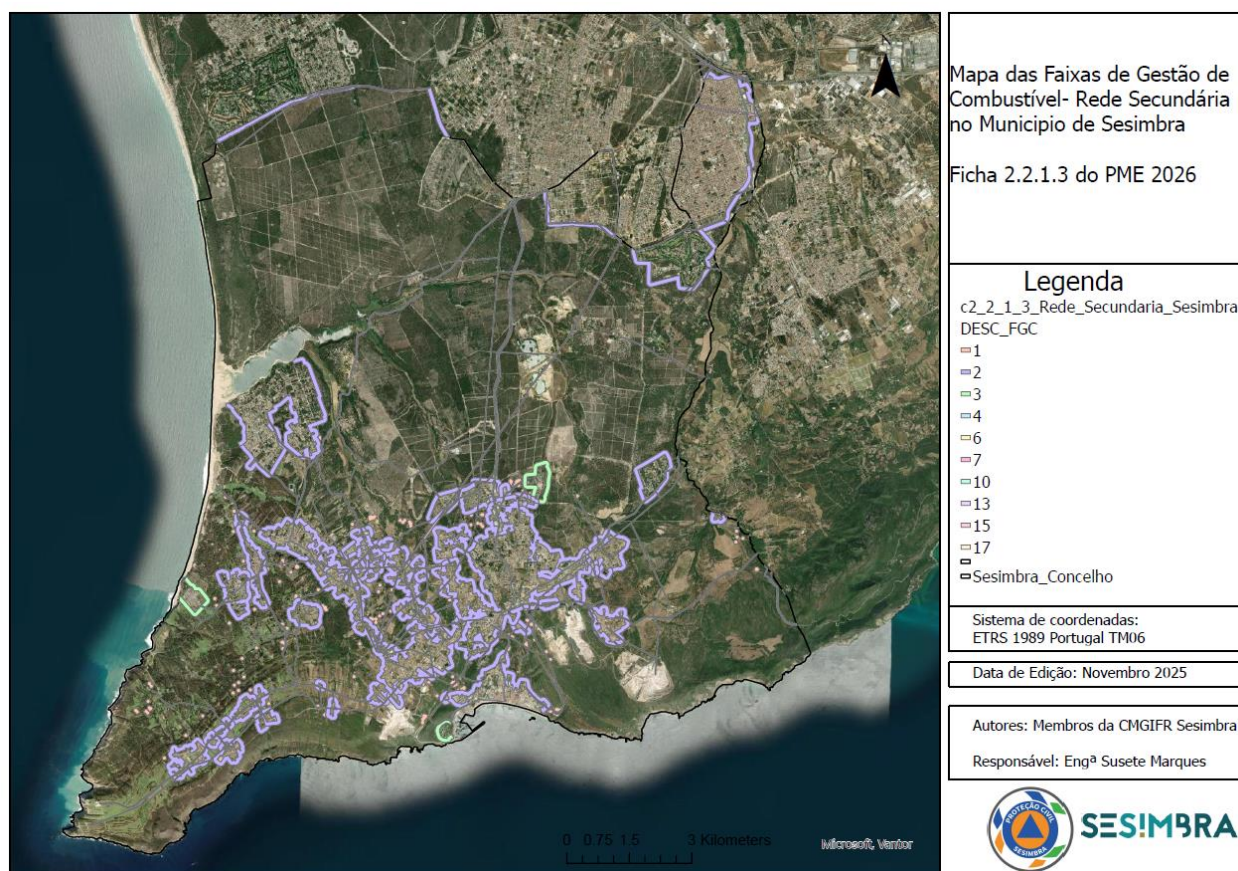


Figura 3 – Faixas de Gestão de Combustível – Rede Secundária no concelho de Sesimbra

PROMOVER PROCESSOS DE COMPOSTAGEM					2.2.2.1																
Objetivos - Promover a utilização de compostagem por parte dos proprietários, de forma a otimizar a gestão de recursos e fomentar a utilização de processos de reaproveitamento orgânicos que preservem as propriedades do espaço rural, originando a redução de queimas e uma melhor gestão de combustível Principais resultados esperados - Aumento do número de propriedades agrícolas e florestais a utilizar processo de compostagem que promovam preservação do espaço rural. - Redução de queimas e combustível sujeito a risco de incêndio nas áreas rurais.					Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>Município</td></tr><tr><td>A</td><td>Comissão MUNICIPAL GIFR</td></tr><tr><td>S</td><td>AML, Comissão SUB-REGIONAL GIFR, Proprietários privados</td></tr><tr><td>C</td><td>AML, Comissão SUB-REGIONAL GIFR</td></tr><tr><td>I</td><td>Comissão SUB-REGIONAL GIFR</td></tr><tr><td>F</td><td>GNR, PSP</td></tr></table>					R	Município	A	Comissão MUNICIPAL GIFR	S	AML, Comissão SUB-REGIONAL GIFR, Proprietários privados	C	AML, Comissão SUB-REGIONAL GIFR	I	Comissão SUB-REGIONAL GIFR	F	GNR, PSP
R	Município																				
A	Comissão MUNICIPAL GIFR																				
S	AML, Comissão SUB-REGIONAL GIFR, Proprietários privados																				
C	AML, Comissão SUB-REGIONAL GIFR																				
I	Comissão SUB-REGIONAL GIFR																				
F	GNR, PSP																				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC													
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 35.000,00 €																					
Indicadores					Unidade	Meta															

1. N.º de queimas vs agricultores aderentes ao programa de compostagem	N.º	Até 20% ano									
2. Redução do número de ignições nas freguesias aderentes	N.º	Até 20% ano									
Gestão de risco do projeto											
Risco Total: 16 - Alto (S4; P4)											
Ameaças:											
Fracos recursos para execução do total, janela de oportunidade para execução no terreno face aos alertas e avisos. Ausência de financiamento para projetos de promoção de processos de compostagem para proprietários. Reduzido número de pessoal para apoio logístico na recolha e transporte dos resíduos nas explorações em espaço rural. Elevado número de queimas e queimadas com solicitação de apoio. Ausência de recursos humanos com experiência e capacitação de utilização de bio triturador e ausência de equipamento.											
Resolução Geral:											
- Encontrar recursos, excecionar a ação de agentes de execução de gestão de combustível SGIFR. - Com o objetivo de redução do número de queimas e queimadas para a eliminação de resíduos de exploração, urge o reforço de rotinas de trabalho que incluam a compostagem.											
Iniciativa n.º 1		Fonte Financiamento									
Criar programas de compostagem nas autarquias		OM									
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
1) (em fase de avaliação de possibilidade de execução) - Elaboração de candidatura ao Programa Regional de Lisboa (2030) – LISBOA2030-2024-21 – Proteção civil e gestão integrada de riscos – ITI AML para aquisição de equipamento de recolha e armazenamento de biomassa resultante da exploração florestal.						Município		0,00 €			
2) Manutenção de quatro parques de proximidade num terreno do Município - REMOVE						Município		0,00 €			
3) Instalações						Município		0,00 €			
TOTAL (€)								0,00 €			
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 16 - Alto (S4; P4).											
Ameaças:											

- Número limitado ou insuficiente de recursos humanos para apoio ao processo logístico da recolha e transporte de resíduos florestais. Resolução Geral: - Criação de linha de autofinanciamento. Criação do parque de proximidade em localização a determinar. Recrutamento de recursos humanos e sua capacitação.											
Iniciativa n.º 2										Fonte Financiamento	
Apoio a "parques de proximidade" de destroçamento de materiais lenhosos sobrantos passíveis de uso para compostagem para comunidades de espaços florestais/rurais										OM	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
4) (em fase de avaliação de possibilidade de execução) - Elaboração de candidatura ao Programa Regional de Lisboa (2030) - LISBOA2030-2024-21 - Proteção civil e gestão integrada de riscos - ITI AML para aquisição de equipamento de recolha e armazenamento de biomassa resultante da exploração florestal.						Município		0,00 €			
5) Manutenção de quatro parques de proximidade num terreno do Município - REMOVE						Município		0,00 €			
6) Instalações						Município		0,00 €			
TOTAL (€)								0,00 €			
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 16 - Alto (S4; P4).											
Ameaças:											
- Número limitado ou insuficiente de recursos humanos para apoio ao processo logístico da recolha e transporte de resíduos florestais. Resolução Geral: - Criação de linha de autofinanciamento. Criação do parque de proximidade em localização a determinar. Recrutamento de recursos humanos e sua capacitação.											
Iniciativa n.º 3										Fonte Financiamento	
Aquisição de equipamentos (bio trituradores) de destroçamento de materiais lenhosos sobrantos a instalar nas empresas/entidades de maior volume de produção de materiais sobrantos ou de carácter volante para comunidades mais isoladas relativamente a "parques de proximidade", reboques de transporte										OM	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

☐	☐	☐									
Recursos											
Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)									
1) Aquisição de bio triturador comunitário para destroçamento de sobranes de exploração	Município	1 * 35.000,00=35.000,00 €									
2) Aquisição de formação para a utilização do bio triturador comunitário	Município	0,00 €									
TOTAL (€)		35.000,00 €									
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 16 - Alto (S4; P4). Assume-se este risco relacionado com a ausência de financiamento para aquisição do equipamento. Ameaças: - Ausência do equipamento para destroçamento de sobranes de exploração. Falta de recursos humanos capacitados para operar o bio triturador. Resolução Geral: - Incremento das ações de fiscalização; substituição pelo município aos proprietários.											
Iniciativa n.º 4		Fonte Financiamento									
Incentivar a utilização da compostagem através de campanhas de capacitação, divulgando os benefícios e apoios possíveis.		OM									
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
1) Ação de demonstração de utilização do bio triturador para destroçamento de material lenhoso sobranes.				Município				0.00 €			
2) Instalações				Município				0,00 €			
TOTAL (€)								0,00 €			
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) – Risco associado à ausência de financiamento para a execução desta iniciativa. Ameaças: Reticência dos proprietários na utilização da compostagem em favor das queimas e queimadas dos sobranes resultantes da exploração florestal. Resolução Geral:											

Criação de linhas de autofinanciamento. Aumento das rotinas e trabalho no município na promoção da gestão de resíduos verdes por compostagem.												
Iniciativa n.º 5											Fonte Financiamento	
Implementar uma cadeia de receção e transporte de sobrantes para auxiliar os proprietários na gestão da compostagem.											OM	
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	
Recursos												
Identificação do recurso							Origem do recurso	Custo (€)				
3) Ação de demonstração de utilização do bio triturador para destroçamento de material lenhoso sobranter.							Município	0,00 €				
4) Instalações							Município	0,00 €				
TOTAL (€)								0,00 €				
Gestão de risco da iniciativa												
Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) – Risco associado à ausência de financiamento para a execução desta iniciativa. Ameaças: - Reticência dos proprietários na utilização da compostagem em favor das queimas e queimadas dos sobrantes resultantes da exploração florestal. Resolução Geral: - Criação de linhas de autofinanciamento. Aumento das rotinas e trabalho no município na promoção da gestão de resíduos verdes por compostagem.												
Iniciativa n.º 6											Fonte Financiamento	
Divulgar os programas de compostagem junto dos proprietários através de um programa de comunicação em articulação com entidades locais											OM	
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
			☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	
Recursos												
Identificação do recurso							Origem do recurso	Custo (€)				
5) Ação de demonstração de utilização do bio triturador para destroçamento de material lenhoso sobranter.							Município	0,00 €				
6) Instalações							Município	0,00 €				

TOTAL (€)		0,00 €																								
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) – Risco associado à ausência de financiamento para a execução desta iniciativa. Ameaças: - Reticência dos proprietários na utilização da compostagem em favor das queimas e queimadas dos sobrantes resultantes da exploração florestal. Resolução Geral: - Criação de linhas de autofinanciamento. Aumento das rotinas e trabalho no município na promoção da gestão de resíduos verdes por compostagem.																										
Iniciativa n.º 7		Fonte Financiamento																								
Assegurar a partilha de equipamento para a utilização de biotrituradores favorecendo o aumento da matéria orgânica no solo e consequentemente a fertilidade do solo e sustentabilidade da floresta		OM																								
Calendarização <table border="1"> <tr> <td>Jan</td> <td>Fev</td> <td>Mar</td> <td>Abr</td> <td>Mai</td> <td>Jun</td> <td>Jul</td> <td>Ago</td> <td>Set</td> <td>Out</td> <td>Nov</td> <td>Dez</td> </tr> <tr> <td>☐</td> <td>☐</td> <td>☐</td> <td>☐</td> <td>☐</td> <td>☐</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>☐</td> <td>☐</td> <td>☐</td> </tr> </table>			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	☐	☐	☐	☐	☐	☐				☐	☐	☐
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez															
☐	☐	☐	☐	☐	☐				☐	☐	☐															
Recursos																										
Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)																								
7) Ação de demonstração de utilização do bio triturador para destroçamento de material lenhoso sobranter.	Município	0,00 €																								
8) Instalações	Município	0,00 €																								
TOTAL (€)		0,00 €																								
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) – Risco associado à ausência de financiamento para a execução desta iniciativa. Ameaças: - Reticência dos proprietários na utilização da compostagem em favor das queimas e queimadas dos sobrantes resultantes da exploração florestal. Resolução Geral: - Criação de linhas de autofinanciamento. Aumento das rotinas e trabalho no município na promoção da gestão de resíduos verdes por compostagem.																										
Observações: - Sesimbra_PME2025_Compostagem.pdf (em anexo). - Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.																										

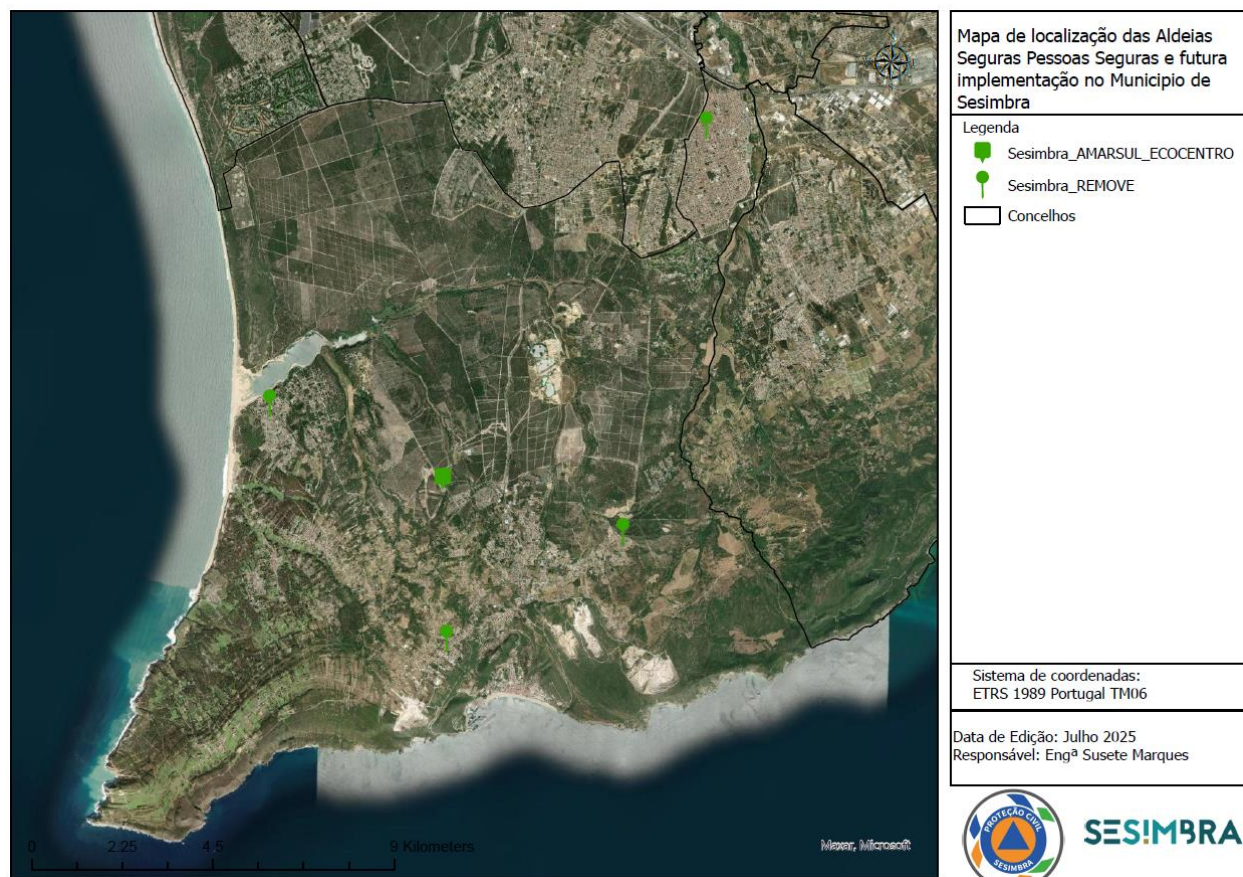


Figura 4 – Localização dos Pontos de Recolha REMOVE e do Ecocentro AMARSUL no concelho de Sesimbra

REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS REGRAS DAS REDES DE DEFESA PELOS PRIVADOS

2.3.1.1

Objetivos

- Rever e implementar as regras assegurando um equilíbrio entre o esforço e o risco subjacente aos territórios rurais em que se inserem.

Principais resultados esperados

- Aumento do número de proprietários privados que cumprem a criação das redes de defesa, fruto de um melhor alinhamento entre o esforço necessário e o risco de incêndio subjacente
- Reforço da proteção do território e edificado rural

Principais entidades envolvidas

R	GNR
A	Comissão Municipal GIFR
S	ICNF, Comissão Sub-Regional GIFR, Municípios, AGIF e proprietários privados
C	ANEPC
I	Comissão Sub-Regional GIFR
F	GNR, PSP

PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
------	-------------	------	------	------	------	------	------	-----

Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 0,00 €

Indicadores	Unidade	Meta
1) N.º de situações monitorizadas/sinalizadas	N.º	Anual: 1
2) N.º total de ações de fiscalização em freguesias prioritárias	N.º	Anual: 1
3) Taxa de cumprimento voluntário sobre a monitorização	%	45
4) N.º de autos por tipologia	N.º	Redução de cerca de 25% do n.º de autos por tipologia após a 2ª passagem das entidades competentes

Gestão de risco do projeto

Risco Total: 16 – Alto (S4; P4) Risco associado ao não cumprimento de gestão de combustível por proprietários privados.

Ameaças:

- Incumprimento de execução das faixas de gestão de combustível por parte dos proprietários privados. Em 2024 o concelho de Sesimbra não teve freguesias prioritárias para efeitos de fiscalização da gestão de combustível (Despacho n.2171/2024 | DR (Diário da República))

Resolução Geral:

- Articulação entre as entidades municipais e a GNR para sensibilização da população em geral para as obrigações legais de gestão de combustível. Promoção de fiscalização preventiva para cumprimento voluntário e redução do levantamento de autos de contraordenação e coimas, Apoios financeiros aos proprietários privados de terrenos rústicos para cumprimento da obrigação legal de gestão de combustível.

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
Monitorizar e fiscalizar o cumprimento das regras estabelecidas, aplicando as penalizações sempre que necessário, promovendo o aumento do cumprimento voluntário	OM

Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	☐	☐	☐	☐							
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
2 a 3 ações de sensibilização e informação à população						GNR, Município		0,00			
TOTAL (€)								0,00 €			
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 16 - Alto (S4; P4).											
Ameaças:											
As ameaças identificadas na gestão de risco do projeto											
Resolução Geral:											
A resolução referida na gestão de risco do projeto.											
Observações:											
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.											

Programa Aldeia Segura Pessoas Seguras										2.3.1.4
Objetivos Implementação de medidas de apoio às populações rurais que promovam a prevenção de comportamentos de risco e proteção em caso de incêndios rurais.					Principais entidades envolvidas					
Principais resultados esperados - Aumento da segurança das pessoas e infraestruturas nos territórios rurais devido a um melhor sistema de preparação e autoproteção a incêndios e a uma redução dos comportamentos de risco da população, fruto de uma maior sensibilização. Reforço da proteção do território e edificado rural - Redução do número de ocorrências - Implementação da terceira aldeia no do Programa Aldeia Segura, Pessoas Seguras – Fornos (Freguesia Sesimbra- Castelo)					R ANEPC					
					A Comissão Municipal GIFR					
					S ICNF, ANEPC, Comissão Sub-Regional GIFR, Municípios, Juntas de Freguesia, AML e Proprietários privados					
					C ANEPC, Comissão Sub-Regional GIFR					
					I Comissão Sub-Regional GIFR					
					F GNR					
	PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 0, 00 €										
Indicadores					Unidade			Meta		

1. N.º total de aglomerados rurais abrangidos pelos programas;	N.º	Anual: 3
2. % de aglomerados rurais com ações nos níveis de atuação dos programas com designação de Oficial de Segurança;	%	100
3. % de aglomerados rurais com estabelecimento ou melhoria de locais de abrigo ou refúgio;	%	100
4. % de aglomerados rurais com colocação de sinalética e Plano de Evacuação/Confinamento;	%	100
5. % de aglomerados rurais com realização de simulacros.	%	100
6. N.º ha tratados na envolvente dos aglomerados (nova ASPS - Fornos)	ha	24,14

Gestão de risco do projeto

Risco Total: 6 – Alto (S3; P2) Risco associado ao não cumprimento de gestão de combustível por proprietários privados.

Ameaças:

- Comportamentos de risco da população no uso de fogo e ausência de medidas de autoproteção do edificado e aglomerado populacionais em espaço rural.

Resolução Geral:

- Reforço de ações de sensibilização á população para redução de comportamentos de risco no uso do fogo. Promoção da utilização da compostagem e/ou trituração de resíduos agroflorestais em detrimento da queima de sobrantes

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
Elaborar um diagnostico para identificar os aglomerados rurais nas áreas prioritárias de prevenção e segurança (APPS) de forma a priorizar a sua intervenção.	OE, PO

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	☐	☐	☐	☐							

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
Técnico GMPC para implementar o projeto	OM	0,00 €
TOTAL (€)		0,00 €

Gestão de risco da iniciativa

Risco Total: 6 - Alto (S3; P2).

Ameaças: As ameaças identificadas na gestão de risco do projeto Resolução Geral: A resolução referida na gestão de risco do projeto.											
Iniciativa n.º 2										Fonte Financiamento	
Identificar e envolver as entidades e parceiros locais garantindo o alinhamento de todas as entidades e mobilização das populações visando a implementação dos Programas nos aglomerados rurais										OE, PO	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	☐	☐	☐	☐							
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)		
Técnico GMPC para implementar o projeto						Entidades GIFR			0,00 €		
TOTAL (€)									0,00 €		
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 16 - Alto (S4; P4).											
Ameaças: As ameaças identificadas na gestão de risco do projeto Resolução Geral: A resolução referida na gestão de risco do projeto.											
Iniciativa n.º 3										Fonte Financiamento	
Implementar e monitorizar a designação de oficiais de segurança local, da identificação de locais de abrigo e refúgio e teste de planos de evacuação e ações de sensibilização										OE, PO	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	☐	☐	☐	☐							
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)		
2 ações de sensibilização à população						Entidades GIFR			0,00 €		
TOTAL (€)									0,00 €		
Gestão de risco da iniciativa											

Risco Total: 16 - Alto (S4; P4).

Ameaças:

As ameaças identificadas na gestão de risco do projeto

Resolução Geral:

A resolução referida na gestão de risco do projeto.

Iniciativa n.º 4	Fonte Financiamento
Executar os programas por ordem de perigosidade e monitorizar os seus resultados	OE, PO

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	☐	☐	☐	☐							

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1 ou 2 ações de sensibilização à população	Entidades GFR	0,00 €
TOTAL (€)		0,00 €

Gestão de risco da iniciativa

Risco Total: 16 - Alto (S4; P4).

Ameaças:

As ameaças identificadas na gestão de risco do projeto

Resolução Geral:

A resolução referida na gestão de risco do projeto.

Observações:

- Sesimbra_PME2026_ProgAldeiaSegura.pdf (em anexo).
- De ressaltar que esta proposta será para a terceira aldeia a inserir no PAPS e refere-se à aldeia dos Fornos. Esta aldeia encontra-se a sudoeste da Aldeia do Meco, a sul de Alfarim, a este das Caixas e a norte pelo Facho da Azoia. Para as restantes duas aldeias, Aldeia do Parral e Pedreira reforçaremos, as ações de sensibilização, e reuniões com os oficiais de segurança, lembrando quais as suas funções e deveres, bem como as condições das casas abrigo e refúgio e respetiva sinalética.

Legenda: R - Responsável; A - Autoriza; S - Suporta; C - Consultado; I - Informado; F - Fiscaliza; PLAN - Planeamento; PREP - Preparação; PREV - Prevenção; PRES - Pré-Supressão; SUPR - Supressão; POSE - Pós-Evento; GOVE - Governança; QUAL - Qualificação; SIC - Sistemas de Informação e Comunicação.

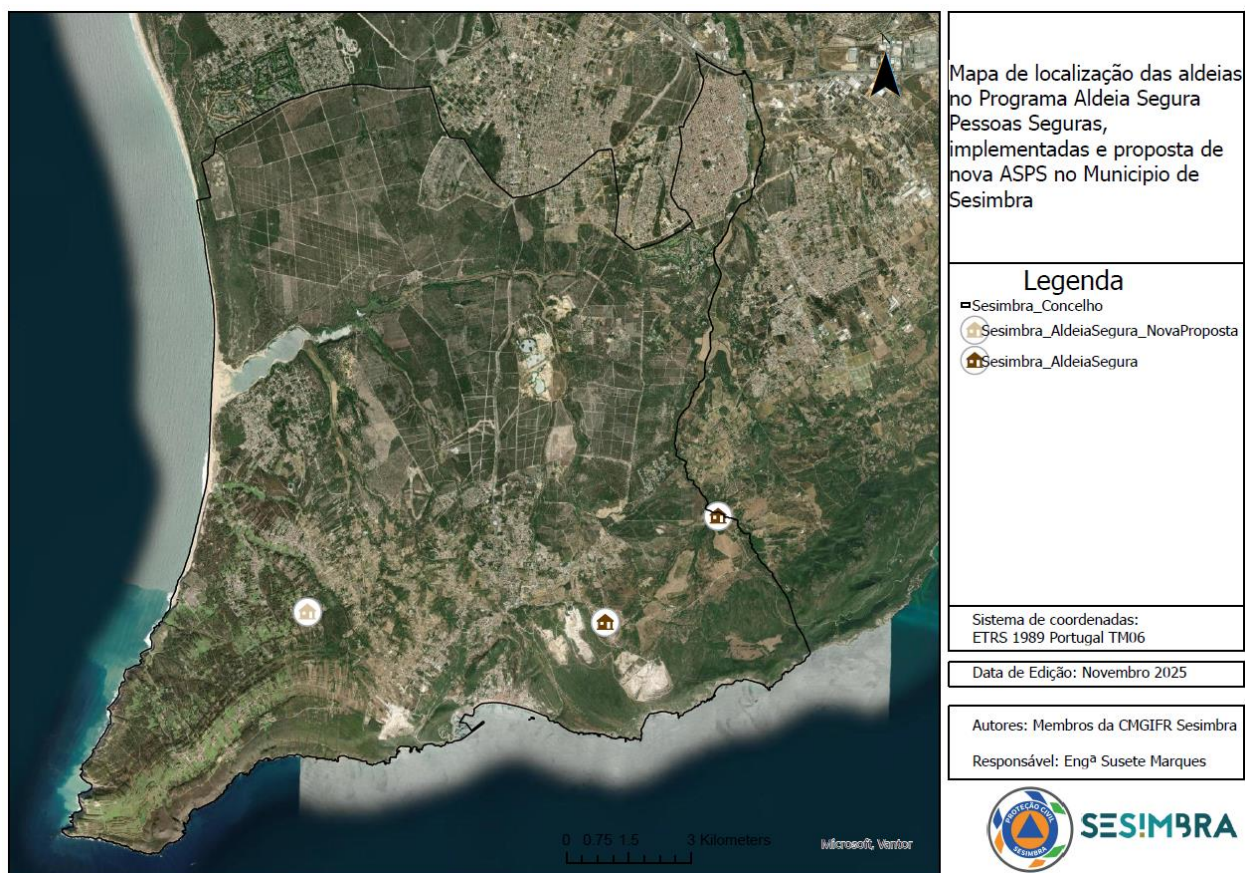


Figura 5 – Localização da Aldeia Segura, Pessoas Seguras no concelho de Sesimbra e potencial localização de nova Aldeia Segura

IV.3 – PROJETOS DE MODIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

APOIO À POPULAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS							3.1.1.2														
Objetivos - Disponibilizar apoio e oferecer recomendações práticas e informação útil à população de forma a incentivar a adoção de comportamentos responsáveis reduzindo o risco das queimas e queimadas. Principais resultados esperados - Sensibilização da população através da disponibilização de informação útil e redução de comportamentos de risco nas queimas e queimadas; - Redução do número de queimas e queimadas não autorizadas; - Redução do número de acidentes na realização de queimas e queimadas através do apoio das entidades locais; - Redução da área ardida resultante de queimas e queimadas.					Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>Município</td></tr><tr><td>A</td><td>Comissão Municipal GIFR Sesimbra</td></tr><tr><td>S</td><td>ICNF, Município, GNR</td></tr><tr><td>C</td><td></td></tr><tr><td>I</td><td>Comissão Municipal GIFR Sesimbra</td></tr><tr><td>F</td><td></td></tr></table>					R	Município	A	Comissão Municipal GIFR Sesimbra	S	ICNF, Município, GNR	C		I	Comissão Municipal GIFR Sesimbra	F	
R	Município																				
A	Comissão Municipal GIFR Sesimbra																				
S	ICNF, Município, GNR																				
C																					
I	Comissão Municipal GIFR Sesimbra																				
F																					
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC													
Orçamento global do projeto neste PME: 0,00 €																					
Indicadores					Unidade		Meta														
1) N.º de pedidos de autorização/comunicação para a realização de queimas e queimadas					Nº		100														
2) Taxa de resposta aos pedidos de esclarecimento relativos a queimas e queimadas;					%		100														
3) N.º de queimas e queimadas apoiadas					Nº		A definir														
4) Nº de incidentes em queimas e queimadas					Nº		0														
Gestão de risco do projeto: Risco Total: 9 - Baixo (S3; P3) Ameaças: Anualmente, regista-se um número elevado de pedidos de autorização de queimas na plataforma “Queimas e Queimadas” do ICNF, o que exige uma análise e avaliação contínuas por parte do GTF. Verifica-se ainda que a população sénior enfrenta dificuldades no acesso e utilização desta plataforma. Persistem situações de negligência e incúria na realização de queimas e queimadas. Para além disso, continuam pouco aproveitados																					

os mecanismos alternativos criados pelo município para a recolha/receção de resíduos verdes ou sobranes de exploração.

Resolução Geral:

- Divulgação de informação útil e de recomendações práticas sobre o uso do fogo através dos órgãos de comunicação social locais. Promoção de ações de sensibilização destinadas a prevenir comportamentos de risco. Incentivo à realização responsável de queimas e queimadas, bem como à adoção de alternativas ao uso do fogo, recolha/ receção nos pontos REMOVE em articulação com as Juntas de Freguesia e os proprietários de terrenos rústicos.

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
• Promover o apoio na realização de queimas e queimadas em dias de maior risco e em APPS, através da articulação com diversas entidades locais e utilização dos meios de comunicação mais eficazes.	OM

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐							☐	☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
1) Ações de sensibilização junto da população local (pelo menos 1/3 da população da freguesia com maior área florestal – Castelo)	Município	0,00 €
2) Divulgação nos canais de comunicação locais (radio, website do município e juntas de freguesia)	Município	0,00 €
3) Produção de informação em formato panfleto	Município	0,00 €
4) Comunicação de proximidade com as Juntas de Freguesias locais.	Município	0,00 €
Total (€)		0,00 €

Gestão de risco da iniciativa:

Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1)

Ameaças:

- A esta data não se identificam ameaças.

Resolução Geral:

- Não se aplica

Iniciativa n.º 2	Fonte Financiamento
• Disponibilizar informação meteorológica e recomendações práticas através de meios acessíveis e adequados à população alvo privilegiando meios de proximidade, quer na plataforma e quer através do apoio telefónico	OM ou outras fontes de financiamento

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
5) 1 recurso humano especializado na difusão da informação meteorológica e apoio telefónico para apoio aos pedidos de queimas e queimadas.	Município	000,00 €
Total (€)		0,00 €

Gestão de risco da iniciativa:

Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1)

Ameaças:

- A esta data não se identificam ameaças.

Resolução Geral:

- Não se aplica

REDE DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO DE INCÊNDIOS

3.1.2.3

Objetivos

- Garantir a operacionalidade da vigilância fixa através do posto de vigia do concelho, pertencente à Rede Nacional de Vigilância (Facho da Azóia)
- Garantir a operacionalidade e articulação dos meios envolvidos na vigilância móvel

Principais resultados esperados

- Detecção mais eficaz e melhoria da resposta das primeiras intervenções, nas áreas rurais/florestais do concelho
- Maior proteção do território na do Município e suas APPS

Principais entidades envolvidas

R	GNR, ICNF, Município, Corpos de Bombeiros
A	Comissão Municipal GIFR
S	ICNF, Município, GMR, Corpos de Bombeiros
C	ICNF
I	AGIF
F	Comissão Municipal GIFR

PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento global do projeto neste PME: 26 250.00 €								
Indicadores				Unidade			Meta	
5)	Vigilância fixa e móvel no período de maio a outubro			%			100	
6)	Manutenção da rede de câmaras de vídeo vigilância (Facho da Azoia, Facho de Santana e Tróia)			Nº			3	
7)	Grau de cobertura do território a vigiar na área do Município			%			Redução da área ardida em 50%	

Gestão de risco do projeto:
Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1)

Ameaças:

- A esta data não se identificam ameaças.

Resolução Geral:

- Não se aplica

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
• Projecto de captação de voluntários para vigilância florestal	OM

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
				☐	☐	☐	☐	☐	☐		

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
6) Divulgação do projeto de vigilância florestal	Município	0.00 €
7) 5 Voluntários	Município	8250,00 €
Total (€)		8250,00 €

Gestão de risco da iniciativa:
Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1)

Ameaças:

- A esta data não se identificam ameaças.

Resolução Geral:

- Não se aplica

Iniciativa n.º 2	Fonte Financiamento
• Manutenção da rede de câmaras de vídeo vigilância (Facho da Azoia, Facho de Santana e Tróia)	OM ou outras fontes de financiamento

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
8) Manutenção do sistema de vídeo vigilância das 3 câmaras	Município	18.000,00 €
Total (€)		18.000,00 €

Gestão de risco da iniciativa:
Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1)

Ameaças:

- A esta data não se identificam ameaças.

Resolução Geral:

- Não se aplica

COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA DE PROXIMIDADE						3.2.1.2.			
Objetivos • Criar ações de sensibilização da população a nível local seguindo uma abordagem personalizada à região e aos seus fatores de risco mais relevantes para a adoção de práticas mais seguras no âmbito da prevenção e combate a incêndios por parte de toda a comunidade • Implementação de comportamentos adequados da população antes, durante e depois dos incêndios rurais • Diminuição dos impactos sociais (n.º de feridos, mortos e desalojados) e económicos. Principais resultados esperados • Alcance mais abrangente da população do município, de forma que a mesma adote comportamentos mais seguros e uma proteção mais eficaz nas zonas rurais com especial enfoque nas áreas críticas. • Execução anual de pelo menos x% do n.º de iniciativas programadas • % de cidadãos esperados nas ações de comunicação programadas						Principais entidades envolvidas R Município A Comissão Municipal GIFR S AML, GNR, ICNF, FFAA, CCDR, DGADR, IFAP C Entidades da comunidade local, OPF I AGIF F Comissão Sub Regional GIFR			
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento global do projeto neste PME: 0,00 €									
Indicadores					Unidade			Meta	
8) N.º ações de sensibilização locais					N.º			4	
9) N.º de ações das redes sociais					Nº			10	
10) Variação do N.º de incêndios com causa negligente;					%			Redução da área ardida em 50%	
11) Variação da área ardida					%			Redução da área ardida em 50%	
12) N.º de cidadãos abrangidos pelas iniciativas					Nº			2026 30% de alcance do público-alvo (aproximadamente 15000 pessoas)	
13) Variação do N.º de sinalizações (ausência de limpezas) ao abrigo da					%			2030	

legislação regulamentadora do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais		80% de alcance do público-alvo. (aproximadamente 40000 pessoas)									
Gestão de risco do projeto: Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1) Ameaças: - A esta data não se identificam ameaças. Resolução Geral: - Não se aplica											
Iniciativa n.º 1		Fonte Financiamento									
Ações de comunicação de proximidade nas comunidades para suporte dos projetos inscritos nos PSA, ações de sensibilização de proximidade junto das comunidades locais de maior risco.		FEDER, PEPAC FA, OE, PRR, PO, OM ou outras fontes de financiamento									
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐				☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
9) Spots radiofónicos de aconselhamento sobre os comportamentos mais adequados durante o período crítico.						Entidades GIFR			0,00 €		
10) Vídeo Regional de aconselhamento sobre os comportamentos mais adequados durante o período crítico, para divulgação nas redes sociais						Município			0,00 €		
11) Panfletos						Município			0,00 €		
12) Comemoração do Dia Mundial da Floresta e do Dia da Floresta Autóctone, com a plantação de árvores autóctones em áreas ardidas.						Município			0,00 €		
13) Ação de sensibilização Presidentes de junta de freguesia Representantes das comunidades Locais Dirigentes de coletividades locais						Município			0,00 €		
14) Ação de sensibilização - Proprietários Agrícolas						Município			0,00 €		
15) Ação de sensibilização - Caçadores						Município			0,00 €		

16) Ação de sensibilização - População geral	Município	0,00 €
17) Ação de sensibilização - População Escolar	Município	0,00 €
Total (€)		0,00 €

Gestão de risco da iniciativa:
Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1)

Ameaças:

- A esta data não se identificam ameaças.

Resolução Geral:

- Não se aplica

Iniciativa n.º 2	Fonte Financiamento
• Identificar as regiões e públicos-alvo específicos para a criação de iniciativas de sensibilização local	FEDER, PEPAC FA, OE, PRR, PO, OM ou outras fontes de financiamento

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐				☐	☐	☐	☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
18) Ação de sensibilização - População geral	Município	0,00 €
19) Ação de sensibilização - População Escolar	Município	0,00 €
Total (€)		0,00 €

Gestão de risco da iniciativa:
Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1)

Ameaças:

- A esta data não se identificam ameaças.

Resolução Geral:

- Não se aplica

Iniciativa n.º 3	Fonte Financiamento
• Implementar as campanhas de sensibilização aos públicos-alvo específicos em cada região ou local, de acordo com os fatores de risco mais relevantes para adoção das melhores práticas associadas.	FEDER, PEPAC FA, OE, PRR, PO, OM ou outras fontes de financiamento

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐				☐	☐	☐	☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
--------------------------	-------------------	-----------

1) Reforço na divulgação do programa Aldeia Segura Pessoas Seguras junto da Aldeia do Parral e Pedreiras	AML	0,00 €
2) Spots radiofónicos de aconselhamento sobre os comportamentos mais adequados durante o período crítico.	Entidades GIFR	0,00 €
Total (€)		0,00 €

Gestão de risco da iniciativa:
Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1)

Ameaças:

- A esta data não se identificam ameaças.

Resolução Geral:

- Não se aplica

Iniciativa n.º 4	Fonte Financiamento
• Elaborar ações de formação e de partilha de conhecimento por parte das entidades locais em zonas onde as práticas de queimas e queimadas extensivas são frequentes, promovendo o apoio destas entidades na realização das mesmas	FEDER, PEPAC FA, OE, PRR, PO ou outras fontes de financiamento

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐				☐	☐	☐	☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
20) Spots radiofónicos de aconselhamento sobre os comportamentos mais adequados durante o período crítico.	Entidades GIFR	0,00 €
Total (€)		0,00 €

Gestão de risco da iniciativa:
Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1)

Ameaças:

- A esta data não se identificam ameaças.

Resolução Geral:

- Não se aplica

Observações:

- A identificação de locais prováveis para ações de sensibilização/comunicação de proximidade nas comunidades do concelho de Sesimbra.
- Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.

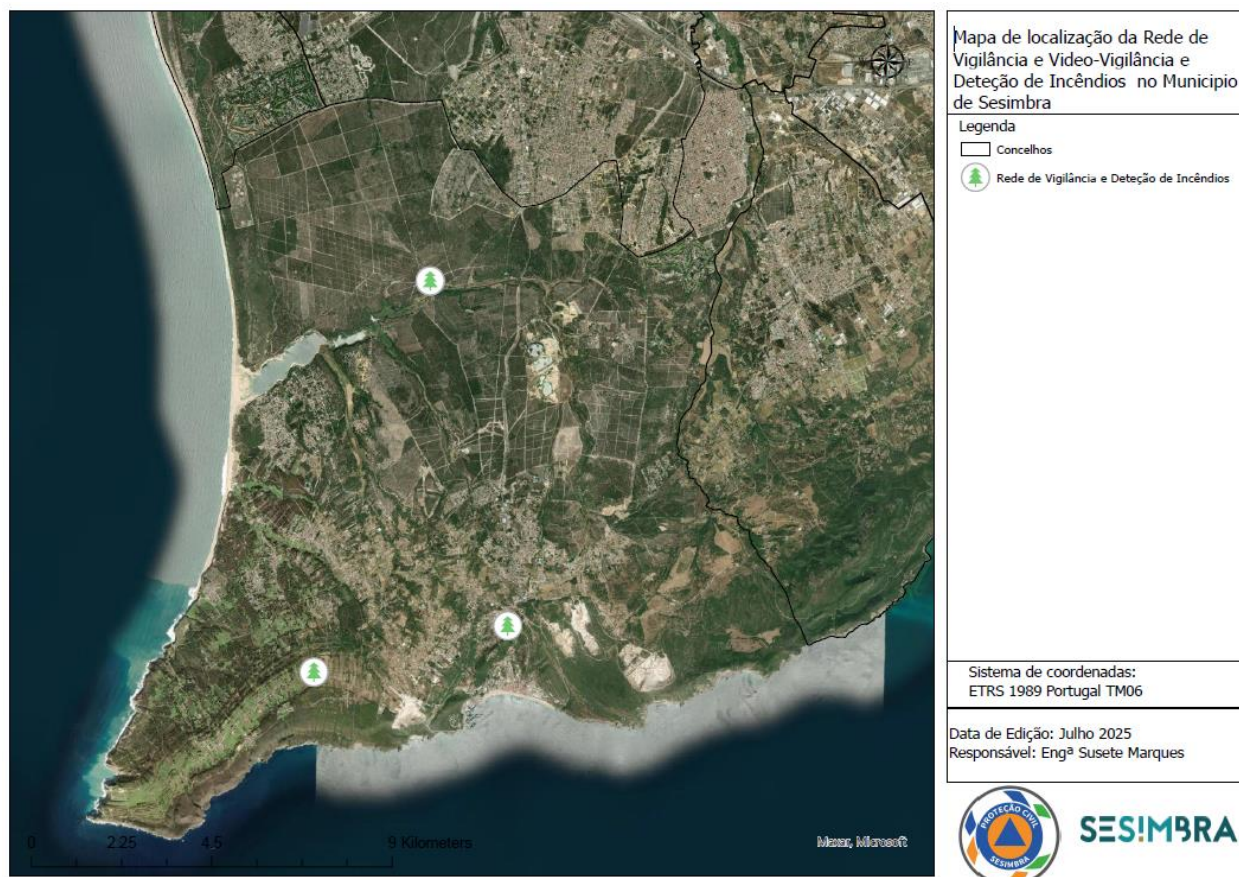


Figura 6 – Localização da Rede de Vigilância e Detecção de Incêndios

COMUNICAÇÃO DAS ENTIDADES EM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA								3.2.1.3
Objetivos - Capacitar as entidades da administração central e local a efetuar uma comunicação clara e eficiente às comunidades em contexto de emergência Principais resultados esperados - Melhoria dos mecanismos e métodos de comunicação em contextos de crise das entidades centrais e locais garantindo um alinhamento integrado				Principais entidades envolvidas				
				R Município				
				A Comissão MUNICIPAL GIFR				
				S Comissão SUB-REGIONAL GIFR				
				C ANEPC, Comissão SUB-REGIONAL GIFR				
				I Comissão SUB-REGIONAL GIFR				
				F GNR, PSP				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 1 100,00 €								
Indicadores				Unidade		Meta		

1) N.º de elementos capacitados para comunicar em contexto de Emergência: Dois (2) representantes institucionais por entidade;	N.º	14									
2) Número de entidades capacitadas para comunicar em contexto de Emergência;	N.º	1									
Gestão de risco do projeto											
Risco Total: 16 - Alto (S4; P4)											
Ameaças:											
Ausência de linhas financiamento e orçamento por iniciativa.											
Resolução Geral:											
Reforço de financiamento por iniciativa.											
Iniciativa n.º 1		Fonte Financiamento									
a) Realização de formação na área da comunicação em situação de emergência para 11 elementos capacitados para comunicar em contexto de emergência.	OM, OE, Outras fontes de financiamento										
b) Organizar sessões de capacitação das várias entidades	OM, OE										
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso		Origem do recurso	Custo (€)								
1) 2 Representantes institucionais do Município de Sesimbra para curso de formação <i>media training</i> em comunicação em situação de emergência		Município, ENB	1.100 €								
2) 2 Representantes institucionais por Junta de freguesia para curso de formação <i>media training</i> em comunicação em situação de emergência		3 Juntas de Freguesia, ENB									
3) 2 Representantes institucionais do comando da Corporação de Bombeiros de Sesimbra para curso de formação <i>media training</i> em comunicação em situação de emergência		1 comando corporação de bombeiros, ENB									
4) 3 Representantes institucionais da Guarda Nacional Republicana para curso de formação <i>media training</i> em comunicação em situação de emergência GNR Posto Territorial de Sesimbra, GNR Posto Territorial de Alfarim, GNR Posto Territorial de Quinta do Conde		3 postos territoriais. ENB									

5)	2 Representantes institucionais do Gabinete Municipal de Proteção Civil de Sesimbra para curso de formação <i>media training</i> em comunicação em situação de emergência	1 GMPC, ENB	
6)	Spots radiofónicos com elementos técnicos obtidos no curso de formação <i>media training</i> em comunicação em situação de emergência	Município, ENB	0,00 €
TOTAL (€)			1.100,00 €
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) Ameaças: - Ausência de linhas financiamento e orçamento por iniciativa. Resolução Geral: - Reforço de financiamento por iniciativa.			
Observações: - Sesimbra_PME2026_ComunicacaoEmergencia.pdf (em anexo). - O valor de referência para o curso de formação <i>media training</i> em comunicação em situação de emergência é de 1.100€ por ação de formação com a duração de 16 horas durante 2 dias. O número de elementos capacitados para comunicar em contexto de emergência é de dois representantes institucionais por entidade. Estes pressupostos metodológicos específicos são oriundos dos documentos de suporte de fundamentação do projeto do PSA – AML. - Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.			

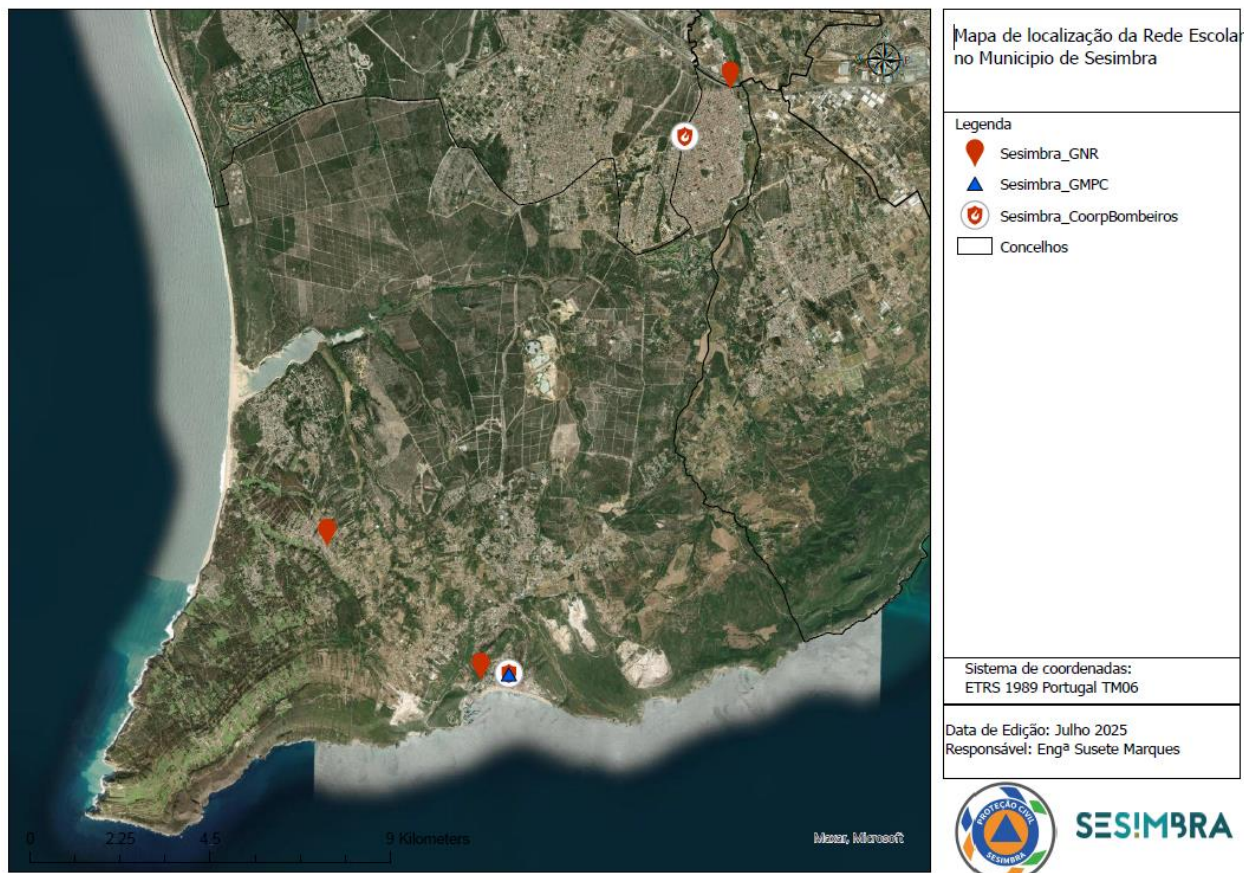


Figura 7 – Localização das Entidades de Emergência no concelho de Sesimbra

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO PARA O RISCO						3.2.2.1.			
Objetivos - Aumento da educação da população mais jovem para os perigos de incêndio e adoção de comportamentos responsáveis. - Aumento da integração de boas práticas no seu quotidiano e educação aos adultos/família/comunidade. - Enriquecimento e coesão do plano nacional de educação incluindo os temas do risco do fogo Principais resultados esperados - Sensibilização e capacitação da comunidade escolar e população estudantil do concelho de Sesimbra, para iniciativas de educação ambiental, ações de redução de risco de incêndio rural e ações de proteção da floresta e defesa contra incêndios rurais						Principais entidades envolvidas R Município, Agrupamento de Escolas e Escolas não agrupadas A Comissão Municipal GIFR S ICNF, AML, GNR, PSP, BB, entidades integrantes da CMGIFR, AML, C I AGIF F Comissão SUB-REGIONAL GIFR			
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento global do projeto neste PME: A definir									

Indicadores	Unidade	Meta									
Número de alunos participantes em visitas de estudo em locais de relevância na sub-região	N.º	50									
Número de alunos participantes em visitas de estudo em exposições de relevância nacional	N.º	25									
Número de Estágios profissionais promovidos pelas entidades do sistema, por município	N.º	2									
% de Escolas/Agrupamentos de escolas do ensino público que desenvolvem iniciativas/projetos em torno das boas práticas nas áreas da prevenção de incêndios, proteção e valorização da floresta e espaços rurais.	%	10									
% de Câmaras municipais participantes nas atividades desenvolvidas	N.º	1									
Gestão de risco do projeto: Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) Ameaças: - Ausência de linhas financiamento e orçamento por iniciativa. Resolução Geral: - Reforço de financiamento por iniciativa.											
Iniciativa n.º 1		Fonte Financiamento									
Reforçar as práticas pedagógicas e produzir conteúdos educativos referentes à valorização dos recursos florestais e às medidas de autoproteção a incluir nas aprendizagens (vídeo, cartazes, desenhos, etc.).		FA, OE, PO, Privados e outras possíveis fontes de financiamento									
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐				☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo [€]			
1) Diagnóstico de práticas pedagógicas de risco de Incêndio Rural				AML				0,00 €			

2) Vídeo municipal sobre valorização dos recursos florestais e medidas de autoproteção, para divulgação na comunidade escolar	Município e escolas do concelho	0,00 €
3) Planfleto para divulgação na comunidade	Município	0,00 €
Total (€)		0,00 €

Gestão de risco da iniciativa:
Risco Total: 16 - Baixo (S4; P4)

Ameaças:

- Ausência de linhas de financiamento e orçamento por iniciativa.

Resolução Geral:

- Reforço de financiamento e orçamento por iniciativa.

Observações: O Município está já a utilizar conteúdos da Campanha “Portugal Chama” e em contacto com as entidades do projeto “Raposa Chama” para interação com a comunidade escolar (do 1º ciclo ao secundário)

Iniciativa n.º 2	Fonte Financiamento
• Formar e sensibilizar a comunidade escolar, especialmente os professores e os alunos para os valores de uso direto e indireto da floresta em Portugal, para as características deste ecossistema e as suas vulnerabilidades atuais face a mudanças sociais, económicas e climáticas acentuadas; organizar neste contexto uma visita ao território florestal de proximidade - prevenção e minimização de riscos, tendo por base o desenvolvimento de uma cultura de segurança.	FA, OE, PO, Privados e outras possíveis fontes de financiamento

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐				☐	☐	☐	☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
Ação de Comemoração do Dia Mundial da Floresta e do Dia da Floresta Autóctone, com plantação de árvores de espécies autóctones em áreas ardidas.	Município	0,00 €
Ação de Sensibilização Presidentes de Junta, Representantes das comunidades locais, e dirigentes de coletividades locais.	Município	0,00 €
Ação de Sensibilização	Município, Escolas	0,00 €

Comunidade Escolar

Produção de um vídeo municipal sobre o uso direto e indireto da floresta em Portugal, destacando as características únicas deste ecossistema e as suas vulnerabilidades perante as intensas mudanças sociais, económicas e climáticas atuais.	Município	0,00 €
Panfleto a distribuir pela comunidade escolar (diversos ciclos de ensino)	Município	0,00 €
Total (€)		0,00 €

Gestão de risco da iniciativa:

Risco Total: 16 - Baixo (S4; P4)

Ameaças:

- Ausência de linhas de financiamento e orçamento por iniciativa.

Resolução Geral:

- Reforço de financiamento e orçamento por iniciativa.

Iniciativa n.º 3	Fonte Financiamento
• Nas Escolas Secundárias da área de influência da DSRLVT: Pretende-se promover em articulação com outras entidades os estágios para os Cursos Profissionais da área (como Proteção Civil ou Turismo ambiental e rural).	FA, OE, PO, Privados e outras possíveis fontes de financiamento

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐			☐	☐	☐	☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
Ações de demonstração de redução de comportamentos de risco junto da comunidade escolar (Professores, funcionários e alunos)	Município, Escolas	0,00 €
Programa de Educação para o Fogo Rural	AML	0,00 €
Programa "Raposa Chama"	AGIF	0.00 €
Mascotes	AGIF	0.00 €
Total (€)		0,00 €

Gestão de risco da iniciativa:
Risco Total: 16 - Baixo (S4; P4)

Ameaças:

- Ausência de linhas de financiamento e orçamento por iniciativa.

Resolução Geral:

- Reforço de financiamento e orçamento por iniciativa.

Observações: Considera-se solicitar apoio ao Corpo de Bombeiros de Sesimbra, bem como outras entidades intervenientes em caso de risco.

Iniciativa n.º 4	Fonte Financiamento
• A população escolar do meio urbano sensibilizar a mesma para o risco de incêndio aquando da deslocação para o meio rural em tempo de férias	FA, OE, PO, Privados e outras possíveis fontes de financiamento

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐			☐	☐	☐	☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
Ações de demonstração de redução de comportamentos de risco junto da comunidade escolar (Professores, funcionários e alunos)	Município, Escolas	0,00 €
Programa de Educação para o Fogo Rural	AML	0,00 €
Total (€)		0,00 €

Gestão de risco da iniciativa:
Risco Total: 16 - Baixo (S4; P4)

Ameaças:

- Ausência de linhas de financiamento e orçamento por iniciativa.

Resolução Geral:

- Reforço de financiamento e orçamento por iniciativa.

Iniciativa n.º 5	Fonte Financiamento
• Ação de sensibilização a toda a comunidade com as iniciativas já existentes como o Aldeia Segura Pessoas Seguras ou Portugal <u>Chama</u>, envolvendo toda a comunidade próxima (famílias, pais, idosos, articulação lares-escolas, etc.).	OM

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
Ações de sensibilização à comunidade: População escolar, envolvendo toda a comunidade próxima (pais, família próxima, idosos, articulação com lares de idosos, centros de dia etc.)	Município, Escolas	0,00 €
Reforço na divulgação do programa Aldeia Segura Pessoas Seguras junto da Aldeia do Parral	AML	0,00 €
Panfleto a distribuir pela comunidade	Município	0,00 €
Total (€)		0,00 €

Gestão de risco da iniciativa:

Risco Total: 16 - Baixo (S4; P4)

Ameaças:

- Ausência de linhas de financiamento e orçamento por iniciativa.

Resolução Geral:

- Reforço de financiamento e orçamento por iniciativa.

Iniciativa n.º 6	Fonte Financiamento
• Criar na escola o dia dedicado a regras básicas sobre incêndios rurais e como prevenir e reagir, em colaboração com as entidades locais de combate e prevenção de fogos rurais	OM

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
Ações de sensibilização à comunidade: População escolar, envolvendo toda a comunidade próxima (pais, família próxima, idosos, articulação com lares de idosos, centros de dia etc.)	Município, Escolas	0,00 €
Panfleto a distribuir pela comunidade	Município	0,00 €
Total (€)		0,00 €

Gestão de risco da iniciativa:

Risco Total: 16 - Baixo (S4; P4)

Ameaças:

- Ausência de linhas de financiamento e orçamento por iniciativa.

Resolução Geral:

- Reforço de financiamento e orçamento por iniciativa.

Observações:

- Sesimbra_PME2026_RedeEscolar.pdf (em anexo).
- Considera-se solicitar apoio ao Corpo de Bombeiros de Sesimbra, bem como outras entidades intervenientes em caso de risco.

- Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.

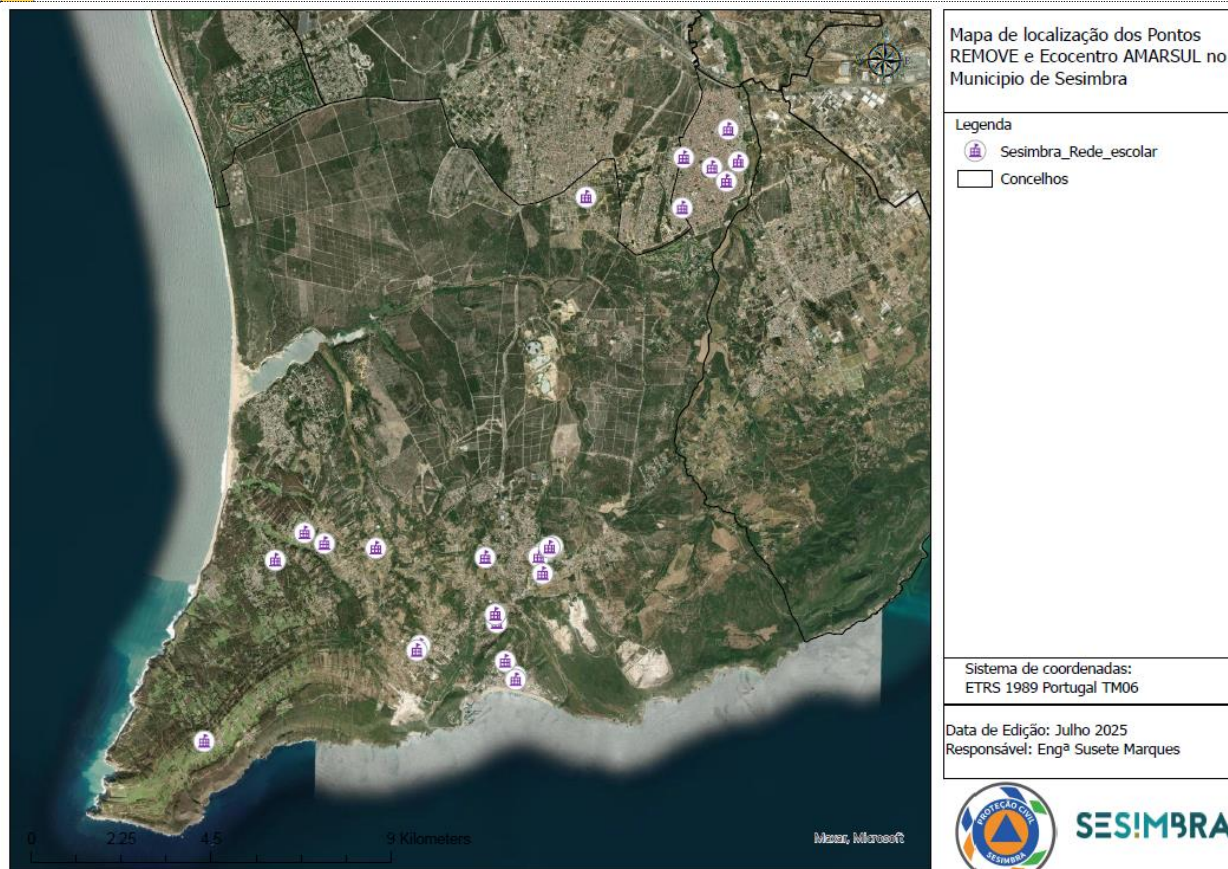


Figura 8 –Rede Escolar no concelho de Sesimbra

IV.4 – PROJETOS DE GESTÃO EFICIENTE DO RISCO



GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS METEOROLÓGICOS FORNECIDOS A ENTIDADES COM CAPACIDADE DE DECISÃO										4.1.1.2	
Objetivos Assegurar o funcionamento da rede de estações meteorológicas implementada no município.					Principais entidades envolvidas						
Principais resultados esperados Garantir a obtenção de dados meteorológicos corretos.					R Município						
					A Comissão MUNICIPAL GIFR						
					S Município						
					C						
					I AML						
					F Comissão SUB-REGIONAL GIFR						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR		POSE	GOVE		QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME: 0,00 €											
Indicadores					Unidade			Meta			
1) Funcionamento da rede de estações meteorológicas do município					%			100			
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
Funcionamento das estações meteorológicas								OM			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Realização de manutenções e calibrações periódicas						Município			0,00 €		
Total (€)									0,00 €		
Gestão de risco da iniciativa: Risco Total: 6 – Moderado (S1; P1) Ameaças: - Falta de financiamento Resolução Geral: - Não se aplica											

CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE GESTÃO INTEGRADA DOS FOGOS RURAIS (SGIFR)										4.1.2.1.													
Objetivos - Constituir a Comissões Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de forma a assegurar coordenação entre as diferentes entidades no âmbito do SGIFR, com foco ao nível municipal, para garantir a execução do programa. Principais resultados esperados - Implementação do SGIFR através de uma articulação eficiente entre as diversas entidades.					Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>Município</td></tr><tr><td>A</td><td>Comissão Municipal GIFR</td></tr><tr><td>S</td><td>AGIF, ICNF, GNR, PSP, IMPA, FFAA, FFAA-FA, DGT, DGAV, ANMP, PJ, IP, IMT, ForestWise, LBP, CCDR, AML, Município de Sesimbra</td></tr><tr><td>C</td><td>AML</td></tr><tr><td>I</td><td>AML, AGIF</td></tr><tr><td>F</td><td>Comissão Sub-regional GIFR</td></tr></table>							R	Município	A	Comissão Municipal GIFR	S	AGIF, ICNF, GNR, PSP, IMPA, FFAA, FFAA-FA, DGT, DGAV, ANMP, PJ, IP, IMT, ForestWise, LBP, CCDR, AML, Município de Sesimbra	C	AML	I	AML, AGIF	F	Comissão Sub-regional GIFR
R	Município																						
A	Comissão Municipal GIFR																						
S	AGIF, ICNF, GNR, PSP, IMPA, FFAA, FFAA-FA, DGT, DGAV, ANMP, PJ, IP, IMT, ForestWise, LBP, CCDR, AML, Município de Sesimbra																						
C	AML																						
I	AML, AGIF																						
F	Comissão Sub-regional GIFR																						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR		POSE	GOVE		QUAL	SIC													
Orçamento Global do Projeto neste PME: 0,00 €																							
Indicadores									Unidade	Meta													
1) Constituição da Comissão Municipal de Gestão Integrada de fogos rurais (concluído)									• N°	Anual: 1													
2) N.º Reuniões em CMGIFR									• N.º	4													
Gestão de risco do projeto:																							
Risco Total: 2 - Moderado (S1; P1)																							
Ameaças:																							
• A esta data não se identificam ameaças.																							
Resolução Geral:																							
• Não se aplica																							
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento															
• Constituição da Comissão Municipal de Gestão Integrada de fogos rurais (concluído)								OM															
Calendarização																							
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez												
		□			□			□			□												
Recursos																							
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]														
21) Representantes das entidades na CMGIFR						Entidades GIFR			0,00 €														
22) Instalações						Município			0,00 €														
Total (€)									0,00 €														
Iniciativa n.º 2								Fonte Financiamento															
• Participação na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais em funcionamento								-															

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		□			□			□			□

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
23) Representantes das entidades na CMGIFR	Entidades GIFR	0,00 €
24) Instalações	Município	0,00 €
25) Secretário Técnico	Município	0.00 €
Total (€)		0,00 €

Gestão de risco da iniciativa:

Risco Total: 4 - Baixo (S2; P2)

Ameaças:

- A esta data não se identificam ameaças.

Resolução Geral:

- Não se aplica

Observações:

- Este projeto não tem orçamento declinado a nível municipal.
- Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO E DE EXECUÇÃO

4.1.2.3

Objetivos

- Criar o Programa Municipal de Execução (PME) no âmbito do Plano Nacional da Gestão Integrada dos Fogos Rurais (PNGIFR) a nível municipal.

Principais resultados esperados

- Maior alinhamento e uniformidade de execução entre as entidades, fruto do PME ajustado à sua realidade, facilitando a gestão e reduzindo o risco associado.

Principais entidades envolvidas

R	Município
A	Comissão MUNICIPAL GIFR
S	ICNF, GNR, PSP, BB, entidades integrantes da CMGIFR
C	AML
I	AGIF; AML
F	Comissão SUB-REGIONAL GIFR

PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
-------------	------	------	------	------	------	------	------	-----

Gestão de risco do projeto:

Risco Total: 1- Moderado (S1; P1)

Ameaças:

- A esta data não se identificam ameaças.

Resolução Geral:

- Não se aplica

Observações: Este projeto não tem orçamento declinado nível sub-regional.

Orçamento Global do Projeto neste PME: 0,00 €

Indicadores	Unidade	Meta
2) PME aprovado	Nº	1
3) Parecer emitido em relação ao PME	Nº	1
4) PME monitorizado	Nº	1
5) Percentagem de execução do PME	%	20 %
6) Percentagem de execução financeira do programa	%	80%

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
• Elaborar e rever Programa Municipal de Execução, reunindo os contributos das diferentes entidades envolvidas e alinhando-os com os objetivos e metas estratégicas	OM

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
2) Um recurso humano especializado (GTF Sesimbra) para a gestão técnica da elaboração do projeto PME	Entidades GIFR	0,00 €
3) Ações de partilha de conhecimento: criação de grupos de trabalho, reuniões técnicas e canais de comunicação	AGIF, AML, Municípios	0,00 €
4) Representantes das entidades na CMGIFR	Entidades GIFR	0,00 €
5) Instalações	Município	0,00 €
Total (€)		0,00 €

Gestão de risco da iniciativa:

Risco Total: 16 – Alto (S4; P4)

Ameaças:

- Ausência de contributos das diferentes entidades envolvidas e dificuldade de concordância desses contributos com as metas e objetivos estratégicos do PSA-AML.

Resolução Geral:

- Criação dos grupos de trabalho, reuniões técnicas e canais de comunicação para transferência de conhecimento, entre todos os municípios envolvidos da elaboração da Área Metropolitana de Lisboa.

Observações: Este projeto não tem orçamento declinado a nível sub-regional.

Iniciativa n.º 2	Fonte Financiamento
Executar o PME no âmbito do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR)	OM, e outras possíveis fontes de financiamento

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
1) Gabinete técnico florestal e equipa de trabalho com múltiplas disciplinas de conhecimento especializado na gestão técnica da implementação do PME	Município	0,00 €
2) Ações de partilha de conhecimento	AGIF, AML	0,00 €
3) Representantes das entidades na CMGIFR	Entidades da GIFR	0,00 €
4) Instalações	Município	0,00 €
Total (€)		0,00 €

Gestão de risco da iniciativa:

Risco Total: 16 - Alto (S4; P4)

Ameaças:

- Falta de financiamento

Resolução Geral:

- Identificação adicional de fontes de financiamento multifundos.

Observações: Este projeto não tem orçamento declinado a nível sub-regional.

Iniciativa n.º 3	Fonte Financiamento
Monitorizar a execução do PME, garantindo o seu cumprimento de acordo com os prazos e objetivos definidos	-

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
6) Formação	Representantes das Entidades GIFR	0,00 €
Total (€)		0,00 €

Gestão de risco da iniciativa:
Risco Total: 16 - Alto (S4; P4)

Ameaças:

- Falta de financiamento

Resolução Geral:

- Identificação adicional de fontes de financiamento multifundos.

Iniciativa n.º 4	Fonte Financiamento
• Transpor os PME para os PDM	OM

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
7) Representantes das entidades na CMGIFR	Representantes das Entidades GIFR	0,00 €
8) Instalações	Município	0,00 €
Total (€)		0,00 €

- Gestão de risco da iniciativa:**

Risco Total: 16 - Alto (S4; P4)

Ameaças:

- Falta de financiamento

Resolução Geral:

- Identificação adicional de fontes de financiamento multifundos.

Observações:

- Este projeto não tem orçamento declinado a nível municipal.
- Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.

V- ANEXOS

V.1 – PROJETOS SEM DECLINAÇÃO MUNICIPAL

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA	1.1.2.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que para áreas com cadastro o projeto BUPI não é aplicável.	
PROGRAMA DE EMPARCELAMENTO	1.1.3.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que teve em conta os territórios dispostos na Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis.	
GESTÃO AGREGADA DE TERRITORIOS RURAIS	1.2.1.1.
Projeto não declinado Projecto não declinado a nível de PME, logo não tem aplicabilidade no município de Sesimbra.	
PROGRAMAS DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM	1.2.1.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que teve em conta os territórios dispostos na Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis.	
MODELO DE FINANCIAMENTO MULTIFUNDOS	1.2.2.1.
Projeto não declinado Este projecto não aplicável à sub-região da AML, a esta data.	
PATRIMONIO FLORESTAL COM GESTÃO CERTIFICADA NUMA ÓPTICA DE CIRCULARIDADE	1.2.2.2.
Projeto não declinado As florestas do concelho não tem não aplicável à sub-região da AML, a esta data.	

DIVERSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ECONOMIA RURAL	1.2.2.4.
Projeto não declinado Não aplicável à sub-região da AML, a esta data.	
MULTIFUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS AGROFLORESTAIS	1.2.2.5.
Projeto não declinado Não aplicável à sub-região da AML, a esta data.	
AUMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS	1.2.3.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional.	
ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM (AIGP)	2.1.1.1.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que teve em conta os territórios dispostos na Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis	
GESTÃO DA PAISAGEM E REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	2.1.1.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data.	
GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS	2.1.1.6.
Projeto não declinado Este projeto está dependente da elaboração do Mapa das galerias ribeirinhas estratégicas para a compartimentação dos espaços florestais no PSA, tendo em conta que o mesmo ainda não sucedeu, sugere-se não incluir este projeto no PME de 2026 e equacionar a sua integração no PME de 2027.	
GARANTIR A GESTÃO DA REDE PRIMÁRIA DE FAIXAS DE COMBUSTÍVEL	2.2.1.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional.	
ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL	2.2.1.4.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional	

PROTEÇÃO DE ÁREAS DE ELEVADO VALOR	2.2.1.5.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional	
PROMOVER O APOIO AO PASTOREIO EXTENSIVO COM REBANHOS	2.2.1.7.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que teve em conta os territórios dispostos na Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis.	
USO DO FOGO COMO GESTÃO ESTRATÉGICA INTEGRADA DE GESTÃO FLORESTAL RURAL	2.2.1.9.
Projeto não declinado Projecto sem aplicabilidade a nível de PME.	
PROMOVER GERAÇÃO DE ENERGIA À ESCALA LOCAL COM BASE EM BIOMASSA DE SOBRANTES E MATOS	2.2.2.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque ainda não está definido o local de implementação. .	
GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NOS AGLOMERADOS RURAIS E ENVOLVENTE DE ÁREAS EDIFICADAS - CONDOMÍNIOS DA ALDEIA	2.3.1.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque ainda não está definido o local de implementação.	
AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM PERÍODOS E LOCAIS CRÍTICOS	3.1.2.1.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME à data.	
PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS CRÍTICAS	3.1.2.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME à data.	
INVESTIGAÇÃO E DETERMINAÇÃO DAS CAUSAS DOS INCÊNDIOS RURAIS	3.1.3.3.

Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME à data.

COMUNICAÇÃO INTEGRADA PARA O RISCO
3.2.1.1.
Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME, porque é ao nível sub-regional que é efetuado o levantamento de todas as ações desenvolvidas pelas várias entidades do SGIFR, que têm como responsabilidade comunicar e envolver as comunidades locais num esforço de redução de ignições e exposição ao risco.

FORMAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (OCS) PARA COMUNICAÇÃO DE RISCO
3.2.1.4.
Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME porque é ao nível sub-regional, que a Entidade Intermunicipal tem a incumbência de fazer anualmente o levantamento dos órgãos de comunicação social ao nível sub-regional e municipal para que sirva de orientação à estruturação formações na região, portanto, o número de ações de formação está diretamente associado ao número de OCS existentes na região e ao número de formandos a definir por sessão.

PROGRAMAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA
4.1.2.2.
Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME porque o dimensionamento do sistema é elaborado ao nível nacional, com auscultação regional e sub-regional, sendo posteriormente dado conhecimento às Entidades Intermunicipais e municípios.
- O projeto declinou para a sub-região para garantir no estudo de dimensionamento do sistema, a auscultação das Entidades Intermunicipais e se as necessidades apontadas pelos municípios estão a ser satisfeitas.
- Numa lógica de gestão eficiente de recursos a informação deve ser agregada a nível sub-regional pela Entidade Intermunicipal (e não a nível municipal).

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO
4.2.2.1.
Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME porque a monitorização e avaliação das equipas é realizada ao nível sub-regional, de acordo com os indicadores e modelo definido à escala nacional/regional/sub-regional. O cruzamento dos resultados de monitorização/avaliação obtidos em cada entidade com o resultado desses indicadores, permitirá identificar boas práticas e debilidades do sistema, de forma a difundi-las ou a introduzir necessidades/ oportunidades de melhoria bem como o desenvolvimento e implementação de medidas corretivas.

SISTEMA DE LIÇÕES APRENDIDAS	4.2.2.3.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME porque as entidades que integram o SGIFR são beneficiárias a nível regional e sub-regional, e não têm um papel ativo na conceção e instalação da capacidade de lições aprendidas, mas apenas de registo de observações, consulta das Lições Aprendidas e promoção da utilização da capacidade. Monitorização do projeto é garantida a nível sub-regional.	
IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO ORGANIZATIVO DE MODO FASEADO	4.3.1.1.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME porque o modelo organizativo está já em aplicação generalizada, pelo que o conceito de área piloto experimental (Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2021, de 22 de março) se vê esgotado no tempo. Neste contexto, estando o objetivo esgotado, não serão criados projetos piloto adicionais.	
GESTÃO DA SUPRESSÃO	4.3.2.3.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME .	
IMPLEMENTAÇÃO E REVISÃO DOS PLANOS DE FORMAÇÃO, RECONHECIMENTO E QUALIFICAÇÃO PARA AS ENTIDADES DO SGIFR	4.4.1.3.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME porque está orientado exclusivamente para a formação no âmbito do Plano Nacional de Qualificação. Tendo por base o universo potencial de formandos, a formação é organizada numa lógica Nacional e Regional, as Entidades Intermunicipais e municípios serão beneficiários.	

V.2 – MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO RISCO

Avaliação de risco dos Projetos:

Resultam num grau de risco, da média aritmética dos riscos de cada iniciativa. Caso existam riscos inerentes ao projeto que não têm cabimento em iniciativas individuais, deverão ser identificados individualmente e também adicionados ao grau de risco total.

Deve sumariar os principais riscos identificados e a abordagem geral aos mesmos, destacando também se as principais ameaças são externas ou internas.

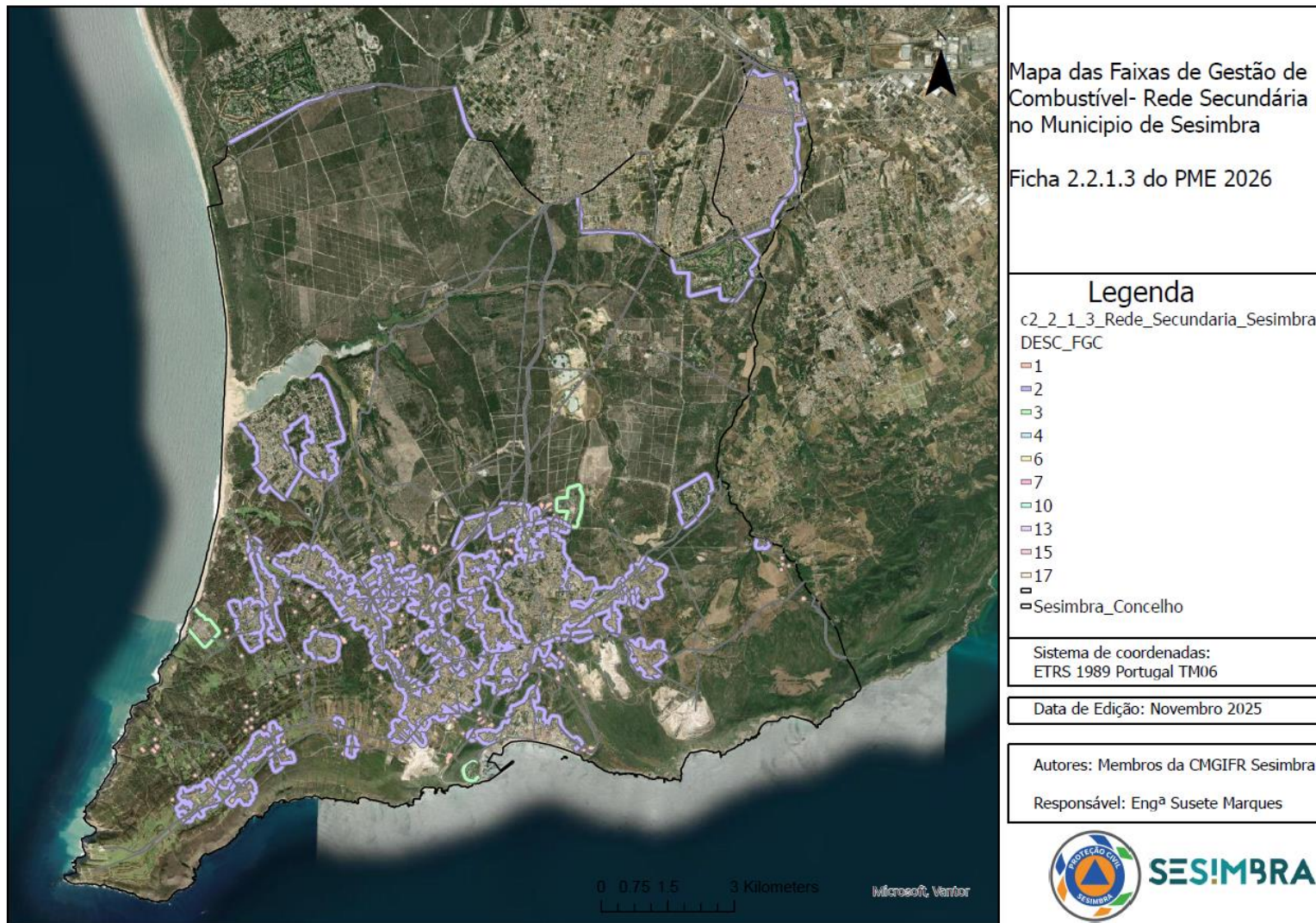
Avaliação de risco das Iniciativas:

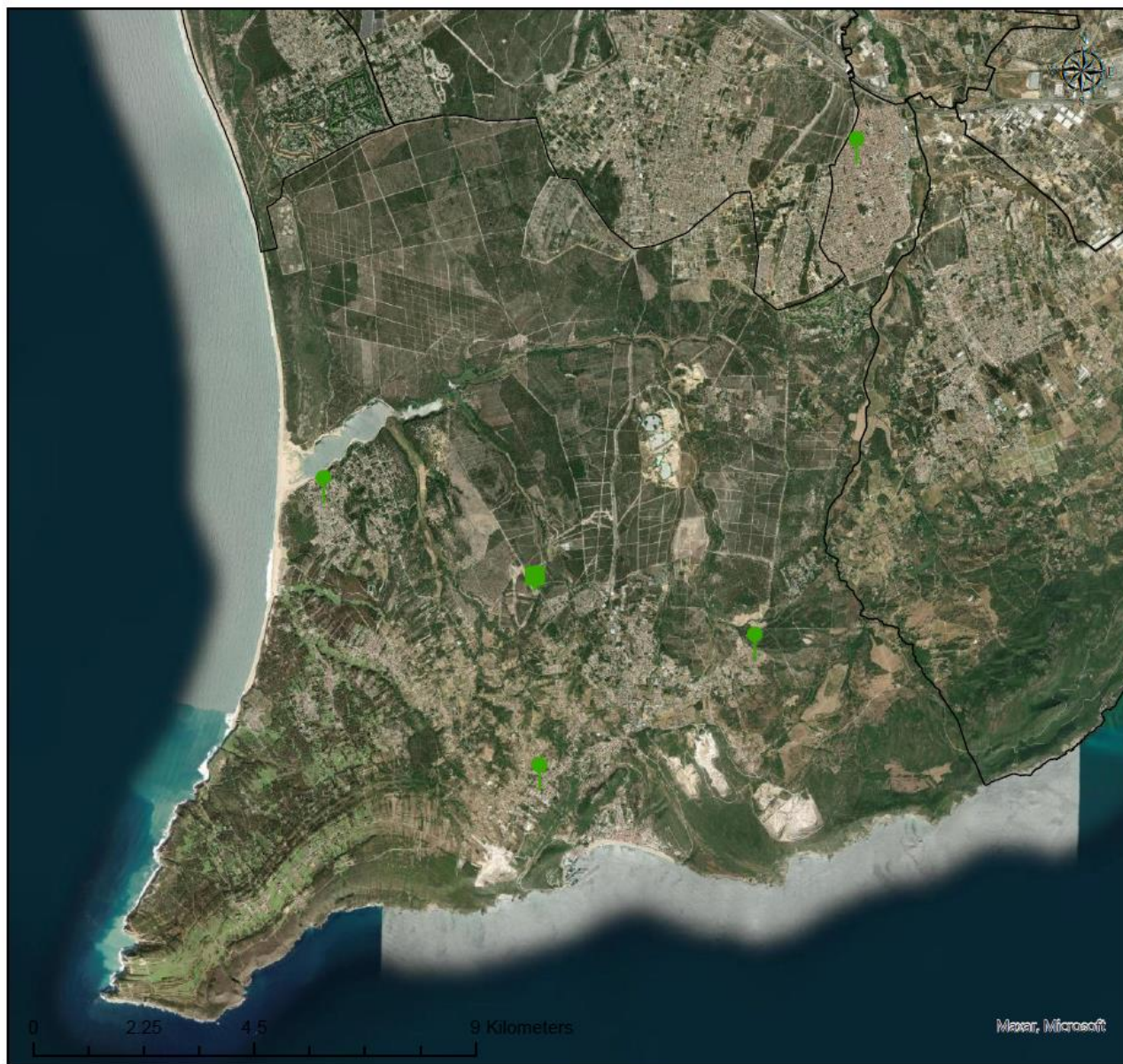
Conduzir um ciclo de planeamento e gestão de risco (fatores externos e internos):

- Identificar o risco;
- Analisar o risco;
- Avaliar e classificar o risco; (através da tabela)
- Resolução do risco: como evitar (medidas preventivas), como aceitar (aumento da resiliência), como transferir o risco ou como reduzir (medidas de mitigação e corretivas).

<u>Severidade</u> Probabilidade	Negligenciável (1)	Baixa (2)	Média (3)	Grave (4)	Catastrófica (5)
Quase Certa (5)	Moderado 5	Elevado 10	Alto 15	Alto 20	Extremo 25
Alta (4)	Baixo 4	Moderado 8	Elevado 12	Alto 16	Alto 20
Média (3)	Baixo 3	Moderado 6	Moderado 9	Elevado 12	Alto 18
Baixa (2)	Baixo 2	Baixo 4	Moderado 6	Moderado 8	Elevado 10
Rara (1)	Baixo 1	Baixo 2	Baixo 3	Baixo 4	Moderado 5

V.3 – CARTOGRAFIA DE DETALHE





Mapa de localização das Aldeias Seguras Pessoas Seguras e futura implementação no Município de Sesimbra

Legenda

-  Sesimbra_AMARSUL_ECOCENTRO
-  Sesimbra_REMOVE
-  Concelhos

Sistema de coordenadas:
ETRS 1989 Portugal TM06

Data de Edição: Julho 2025
Responsável: Eng^a Susete Marques



SESIMBRA



Mapa de localização das aldeias
no Programa Aldeia Segura
Pessoas Seguras,
implementadas e proposta de
nova ASPS no Município de
Sesimbra

Legenda

-  Sesimbra_Concelho
-  Sesimbra_AldeiaSegura_NovaProposta
-  Sesimbra_AldeiaSegura

Sistema de coordenadas:
ETRS 1989 Portugal TM06

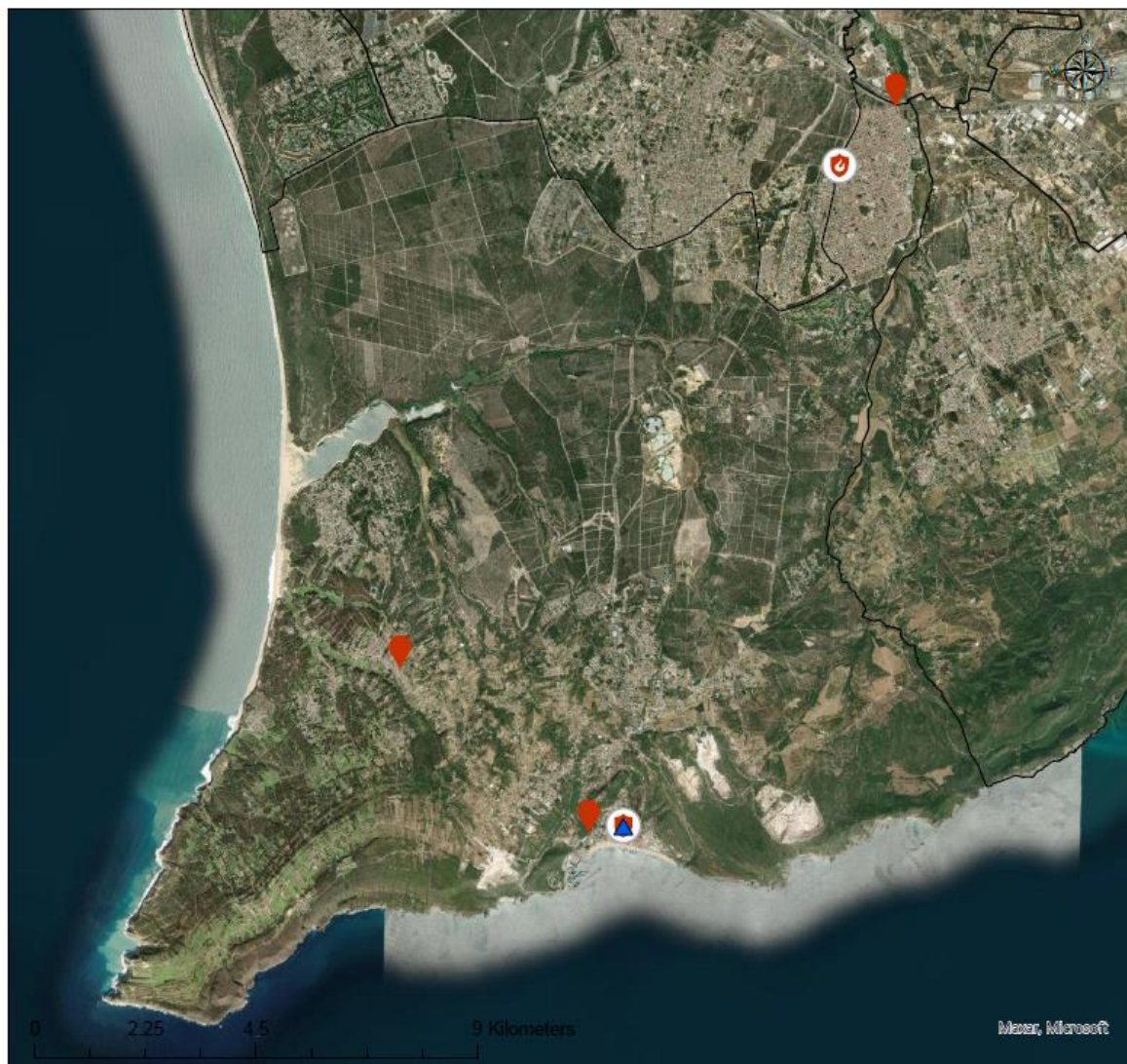
Data de Edição: Novembro 2025

Autores: Membros da CMGIFR Sesimbra

Responsável: Eng^a Susete Marques



SESIMBRA



Mapa de localização da Rede Escolar
no Município de Sesimbra

Legenda

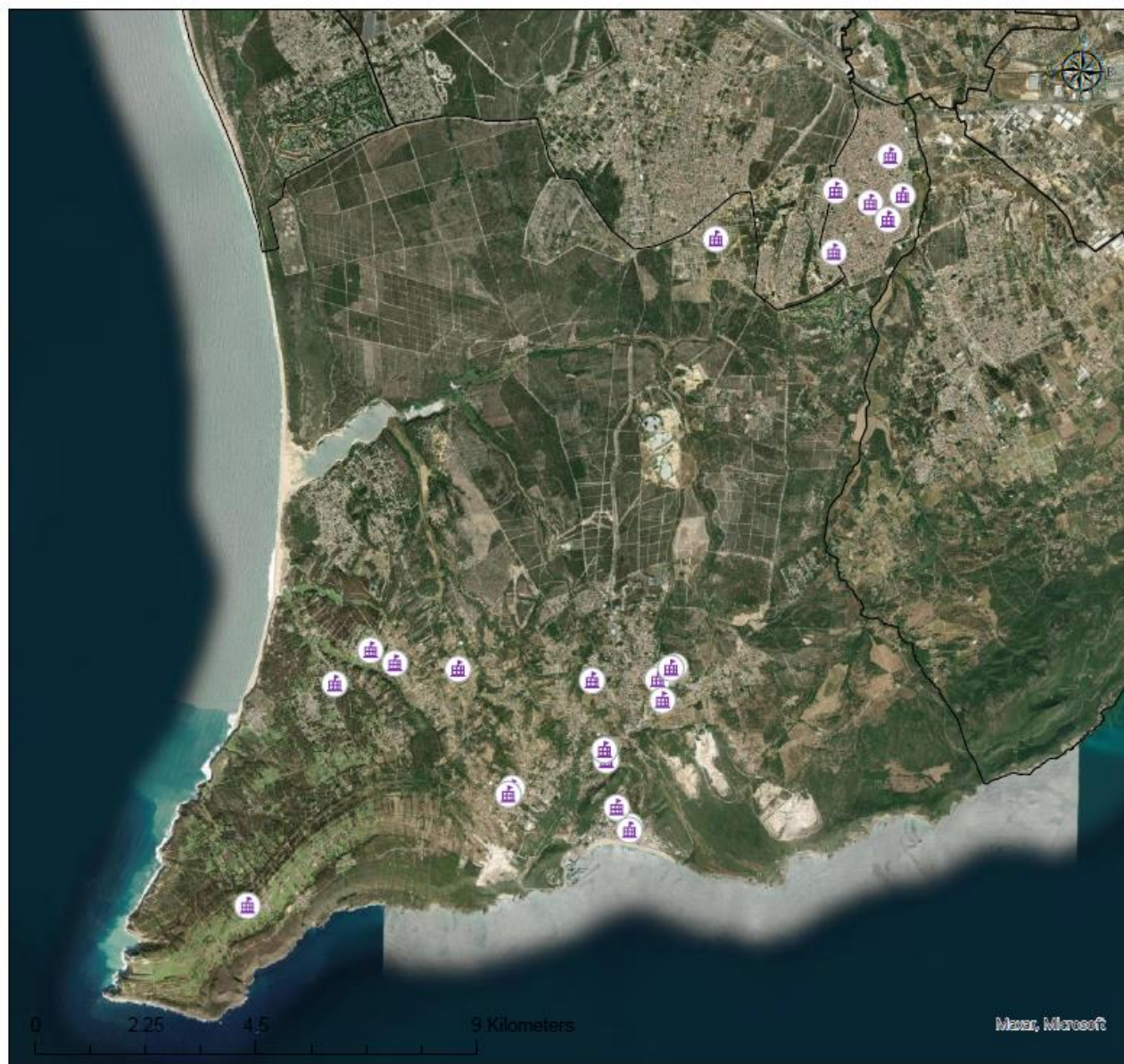
-  Sesimbra_GNR
-  Sesimbra_GMPC
-  Sesimbra_CoorpBombeiros
-  Concelhos

Sistema de coordenadas:
ETRS 1989 Portugal TM06

Data de Edição: Julho 2025
Responsável: Eng^a Susete Marques



SESIMBRA



Mapa de localização dos Pontos
REMOVE e Ecocentro AMARSUL no
Município de Sesimbra

Legenda

-  Sesimbra_Rede_escolar
-  Concelhos

Sistema de coordenadas:
ETRS 1989 Portugal TM06

Data de Edição: Julho 2025
Responsável: Eng^a Susete Marques



SESIMBRA

V.4 – GLOSSÁRIO

DE ACORDO COM O DISPONIBILIZADO NO GLOSSÁRIO DO PNA

a. Atribuição de responsabilidades

A atribuição de responsabilidades prevista nos projetos do PSA é efetuada com a instituição de um modelo RASCIFAa de acordo com a codificação abaixo.

Código	O que significa
EC	Entidade Coordenadora Entidade que coordena e promove a concretização do processo.
R	Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.
A	Aprova A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada.
S	Suporta As entidades que suportam R a realizar a ação, fornecendo recursos para o fazer.
C	Consulta As entidades que são consultadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a emissão de um parecer, de um contributo técnico ou de reporte de impacto.
I	Informa As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.
F	Fiscaliza A entidade que fiscaliza a execução da ação, verificando a conformidade no que respeita às normas aplicáveis.
Aa	Avalia e Articula A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia.

b. Entidades envolvidas

Entidade	Definição
AdP	Águas de Portugal
AD&C	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
AGIF	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P.
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ANCCT	Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Ciência Viva)
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.

ANI	Agência Nacional da Inovação
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
ASF	Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
CCDR	Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CENJOR	Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas
CIM	Comunidade Intermunicipal
CLC	Companhia Logística de Combustíveis
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGAL	Direção-Geral das Autarquias Locais
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DGE	Direção-Geral da Educação
DGEG	Direção-Geral da Energia e Geologia
DGES	Direção Geral do Ensino Superior
DGT	Direção-Geral do Território
DRAP	Direção Regional de Agricultura e Pescas
EDP	Energias de Portugal
EGF	Entidades de Gestão Florestal
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
ESF	Equipas de Sapadores Florestais
FA	Força Aérea
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FEPC	Força Especial de Proteção Civil
FFAA	Forças Armadas
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
IFD	Instituição Financeira de Desenvolvimento
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIAV	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
IP	Infraestruturas de Portugal
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
IRN	Instituto dos Registos e Notariado
OPF	Organizações de Produtores Florestais
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
REN	Redes Energéticas Nacionais
SNS	Serviço Nacional de Saúde
UEPS	Unidade de Emergência de Proteção e Socorro
UGF	Unidades de Gestão Florestal
ZIFS	Zonas de Intervenção Florestal